7 DE SETEMBRO: COM O STF FIRME E A CÚPULA MILITAR SEM APETITE, O GOLPE DE BOLSONARO É UM LEÃO DESDENTADO. ELE TENTA DESVIAR A ATENÇÃO DO DESASTRE ECONÔMICO, MAS SETORES DO MERCADO ESTÃO CADA VEZ MAIS INSATISFEITOS

— EXCLUSIVO —

TRAMOIA NA PF

UM OBSCURO INQUÉRITO TENTA LIGAR O EX-MINISTRO ANTONIO PALOCCI (E O PT) AOS *HACKERS* DA VAZA JATO

Por GLENN GREENWALD, LETÍCIA OLIVEIRA, SOFIA SCHURIG *e* VICTOR POUGY

CartaCapital

8 DE SETEMBRO DE 2021 • ANO XXVII • Nº 1173

A perfeita aliança de Bardi com Chateaubriand resultou em um museu magnífico. Pág. 57

Capa: Pilar Velloso. Fotos: Redes sociais, André Coelho/AFP, Heuler Andrey/AFP e iStockphoto.

OLNEY KRÜSE/ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL E LEO ELOY/SP-ARTE

CENTRAL DE ATENDIMENTO DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 9 ÀS 18 HORAS, EXCETO FERIADOS SP: 11 3512-9486 / RJ: 21 4062-7183 / MG: 31 4062-7183 / DF: 61 3181-0215 FALE CONOSCO: WWW.ASSINANTECARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond, Mauricio Dias e William Salasar
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Ana Flávia Gussen, Cleide Sanchez Rodriguez e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murilo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Alberto Villas, Aldo Fornazieri, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Fabiola Vasconcelos, Flávio Dino, Gabriel Galipolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Omilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano
SECRETÁRIA: Ingrid Sabino
CARTA ON-LINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
VÍDEOMAKER: Natalia de Moraes
ESTAGIÁRIOS: Caio César, Camila da Silva e Natane Pedroso
REDES SOCIAIS: João Paulo Carvalho
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
EXECUTIVA DE NEGÓCIOS: Keisy Andrade
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
AUXILIAR DE CIRCULAÇÃO: Júlia Maciel
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: Lindberg Lima
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br
ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO
Assinaturas, sugestões e reclamações
São Paulo: (11) 3512-9486
Rio de Janeiro: (21) 4062-7183
Belo Horizonte: (31) 4062-7183
Distrito Federal: (61) 3181-0215
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados
Fale Conosco: **www.assinantecartacapital.com.br**
Edições anteriores: **avulsas@cartacapital.com.br**

CARTAS CAPITAIS

ANTICRISTO

Três perigos ameaçam Bolsonaro: o isolamento, a discórdia e as paixões. O isolamento deixa-o cercado de generais e coronéis despreparados e afastado de bons colaboradores e conselheiros. A discórdia está gerando litígios e guerras com o Judiciário. As paixões levam-no a entregar-se a religiosos fanáticos, a apoiadores violentos, a aglomerações de motociatas irresponsáveis e coisas parecidas. Com isso, arrisca-se a sofrer muitos reveses.
Luiz Pereira dos Santos, Brasília, DF

A LUZ SE APAGA

Um estranho entra dentro da sua casa, submete parte da família a seguir seus propósitos até que a parte resistente assuma que foi traída. Então, o invasor foge e deixa os familiares se matarem. É o que os EUA fizeram com os afegãos, com os iraquianos, com os líbios etc. O Brasil está na fila?
Miguel Lana

HERÓIS ESQUECIDOS

Sem palavras para Bolsonaro e seu Ministério da Saúde. Sentimento de indignação. Vidas destroçadas de famílias que perderam seus filhos, pais, mães e avós, enfim um genocídio planejado.
Ivone Cintra Bastos

No Brasil, a subnotificação é o sobrenome da pandemia.
Alexandre Maia

A FISSÃO DO EXECUTIVO

Com este governo, o Brasil está perdendo a capacidade de se recuperar.
Neca Dani Karan

A nação brasileira precisa pedir à família do Planalto a documentação impressa e auditável de tanto patrimônio. Pelo visto, ser político no Brasil compensa.
Sônia Maria Raposo Almeida

BERRA PORQUE É FRACO

Aparentemente, ele vai mesmo dar um golpe na Semana da Pátria (de quem?) se autoproclamando protetor perpétuo, nomeando o "sinistro" da Defesa, prendendo o vice por traição e fechando o Congresso e o STF por corrupção e apoiado por um mínimo do eleitorado, mas todos armados. Contudo, o Lira diz que está tudo bem, tudo normal, o brasileiro é "bonzinho".
Gil Miranda, Curitiba, PR

INDÍGENAS ESTENDEM ACAMPAMENTO EM BRASÍLIA CONTRA O MARCO TEMPORAL

Toda solidariedade aos povos indígenas para continuarem firmes nesta luta.
Silvia Fernanda da Silva

ERRATA

A Via isenta de comissão os sellers que entrarem em seu marketplace até o fim do ano de 2021 por três meses, e não por três anos, como diz a reportagem "Quanto mais, melhor", da edição 1172.

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

A Semana

Geddel prepara as malas

O ex-ministro Geddel Vieira Lima, que há mais de um ano cumpre prisão domiciliar por ter contraído Covid-19 na cadeia, pode voltar para a prisão. Isso se o STF resolver acatar o pedido da Procuradoria-Geral da República, que requereu a revogação da condição privilegiada do ex-ministro, alegando, inclusive, o fato de ele estar vacinado contra a doença. Geddel foi condenado por lavagem de dinheiro no caso do *bunker* de 51 milhões de reais, episódio que ganhou grande repercussão depois que a Polícia Federal encontrou, em 2017, 42,6 milhões de reais e 2,68 milhões de dólares em dinheiro vivo em seu apartamento, em Salvador.

Vacinogate 1/ Baú recheado

Motoboy da VTCLog chegou a sacar 400 mil reais na boca do caixa

Em depoimento à CPI da Covid do Senado na quarta-feira 1º, o motoboy da VTCLog, Ivanildo Gonçalves, confirmou que chegou a sacar "400 e poucos mil reais na boca do caixa", a pedido do setor financeiro da empresa. Esse valor representa uma pequena parcela dos mais de 4 milhões de reais que Gonçalves sacou das contas da VTCLog, segundo o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

A VTCLog presta serviços ao Ministério da Saúde desde o governo Temer, na gestão de Ricardo Barros, hoje líder do governo Bolsonaro na Câmara e alvo de investigação da CPI, acusado de fazer parte de um esquema fraudulento na compra de vacinas. A comissão tem em mãos documentos que comprovam que o funcionário da VTCLog esteve no Departamento de Logística do Ministério da Saúde em 12 de julho, setor à época comandado por Roberto Dias, suspeito de articular um esquema de propina na pasta.

Gonçalves sacou 4 milhões de reais pela empresa

Além disso, a CPI diz ter provas de que o motoboy esteve em agências bancárias no momento em que algumas contas de Roberto Dias foram pagas, num valor de mais de 25 mil reais. Se o baú da motocicleta falasse...

Cada dose renderia 1 dólar para os beneficiários do esquema

Vacinogate 2/ PROPINA NA AMPOLA

A CGU APONTA FRAUDE E ABRE PROCESSO CONTRA A PRECISA

A Corregedoria-Geral da União instaurou um processo administrativo de responsabilização contra a Precisa Medicamentos, empresa investigada na CPI da Covid no Senado por ter intermediado a bilionária venda da vacina indiana Covaxin. O procedimento foi instaurado após uma investigação apontar fraude na negociação. No caso apurado pela Corregedoria, o ex-diretor do Ministério da Saúde Roberto Dias, aliado do líder do governo Ricardo Barros, foi o responsável pela assinatura do contrato com a Precisa. Ele foi exonerado após vir à tona o escândalo de cobrança de propina de 1 dólar por dose.

A negociação também foi intermediada pelo coronel Élcio Franco, então secretário-executivo da pasta. O militar também é investigado pela CPI e, depois de ser exonerado da Saúde, ganhou um cargo de assessor especial da Casa Civil. Dois auditores foram designados para conduzir o processo na Corregedoria, que deve durar em torno de 180 dias e corre sob sigilo. Caso as suspeitas sejam confirmadas, a empresa pode ser declarada inidônea e obrigada a pagar multa de 20% sobre o faturamento bruto.

Violência/ *Fake* até nos indicadores

As polícias estaduais registraram mais assassinatos que o Ministério Saúde

Pautado pela desinformação e disseminação de *fake news*, o governo Bolsonaro é responsável pela maior deterioração de dados oficiais sobre violência da história recente. É o que mostra o *Atlas da Violência 2021*, divulgado, na terça-feira 31, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os números apresentados pelo governo federal não batem com os de outros órgãos de Estado. É o caso dos índices de homicídios registrados pelo Ministério da Saúde em 2019, que contabilizou um total de 45.503 mortes violentas, enquanto as polícias civis nos estados apontaram um total de 47.742 assassinatos, uma diferença de mais de 2 mil vítimas (5%).

Outro dado preocupante divulgado pelo levantamento diz respeito aos negros. Em 2019, o risco de uma pessoa negra ser assassinada foi 2,6 vezes maior que uma pessoa branca no Brasil. Além disso, o documento confirmou que 75,7% das pessoas assassinadas naquele ano eram negras.

O risco de uma pessoa negra ser assassinada é 2,6 vezes maior

70% da Europa vacinada

Enquanto o Brasil e outros países estão longe de atingir a imunização completa da maioria de sua população contra a Covid-19, a União Europeia anunciou que ao menos 70% dos adultos residentes na região estão 100% protegidos. Mas as disparidades regionais persistem. Na Bulgária, apenas 17% da população tomou as duas doses da vacina, índice muito inferior ao da Alemanha, onde 60% dos cidadãos estão totalmente imunizados. A disparidade chamou atenção da presidente da comissão, Ursula von der Leyen, que defendeu o apoio a países com dificuldade de acesso a vacinas.

REDES SOCIAIS, PEDRO FRANÇA/AG.SENADO E NOEL CELIS/AFP

Venezuela/ DE VOLTA AO JOGO?

A OPOSIÇÃO ROMPE BOICOTE E PARTICIPARÁ DE ELEIÇÕES REGIONAIS

A oposição venezuelana decidiu participar das eleições para prefeitos e governadores em 21 de novembro, após três anos de boicote. Em comunicado, a Plataforma Unitária confirmou a participação no pleito, mas mantém a retórica de que o processo não é confiável: "Sabemos que essas eleições não serão nem justas, nem convencionais. A ditadura impôs graves obstáculos que colocam em risco a expressão de mudança do povo".

Participaram da coletiva de imprensa o presidente do partido Ação Democrática, Henrique Ramos Allup, e o presidente do Primeiro Justiça, Tomás Guanipa, que conta com o ex-candidato à Presidência Henrique Capriles. No momento, o governo de Nicolas Maduro e os partidos opositores estão em processo de negociação de calendário e condições eleitorais.

A Mesa da Unidade Democrática foi fundada em 2008 e, à época, reunia 30 organizações. Ela disputou as eleições de 2015, nas quais o chavismo perdeu maioria no Congresso pela primeira vez em 15 anos. Desde 2018, estava inelegível, mas em junho deste ano reconquistou o direito de lançar candidatos.

Ainda assim, os líderes da oposição dizem que o pleito não é confiável

Operação 2022

EM UMA CLARA AÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA, AGENTES DA PF TENTAM LIGAR O EX-MINISTRO ANTONIO PALOCCI (E O PT) AOS *HACKERS* QUE CAPTURARAM AS CONVERSAS DE MORO E COMPANHIA

por GLENN GREENWALD, LETÍCIA OLIVEIRA, SOFIA SCHURIG E VICTOR POUGY

Um grupo de agentes da Polícia Federal do Distrito Federal tem utilizado táticas similares àquelas da Operação Lava Jato para perseguir e atacar a reputação de seus inimigos políticos. Um arquivo de documentos secretos obtidos por *CartaCapital* referentes às investigações no âmbito da Operação Spoofing e mantidos sob sigilo pelo juiz Ricardo Leite, da 10ª Vara Federal Criminal de Brasília, revela os métodos espúrios adotados por esse segmento bolsonarista da PF, com o objetivo de manipular o debate político e, possivelmente, influenciar o resultado das eleições de 2022.

Os agentes tentam emplacar uma tese fantasiosa, segundo a qual os *hackers* que invadiram celulares dos procuradores da Operação Lava Jato e do ex-juiz Sergio Moro estavam a serviço de um man-

Baseada em notícias de jornais, a delação de Palocci foi usada contra o PT na eleição de 2018

MARCOS CORRÊA/PR E PAULO LISBOA/BRAZIL PHOTO PRESS/AFP

O cabo eleitoral Moro recebeu como recompensa o Ministério da Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

Da colaboração aqui apresentada abre-se nova linha de investigação para apurar a existência de possível mandante com a apresentação de motivo que levou a ação. Narra, o colaborador, de que ouviu do líderes da quadrilha WALTER e THIAGO, de que as invasões tiveram início para obter material que pudesse beneficiar ANTONIO PALOCCI FILHO em possível negociação de acordo de delação premiada que já havia sido descartada pelo Ministério Público Federal atuante no caso e encontrava-se em negociação junto ao Departamento de Polícia Federal, mediante pagamento de R$300.000,00 (trezentos mil reais).

Observa-se, assim, que as afirmações apresentadas por MOLIÇÃO, bem como a conexão de LUANA, sobrinha de PALOCCI, com WALTER, devem ser tratadas com cautela, com apuração detalhada pelo Departamento de Polícia Federal para identificar possíveis transações suspeitas bem como o eventual repasse do material aos eventuais mandantes.

dante – na mais recente versão ensaiada, a mando do ex-ministro petista Antonio Palocci, que teria oferecido 300 mil reais em troca do acesso a informações que o favorecessem em processos. Não há a mais pálida evidência para sustentar a falsa acusação. O objetivo da investigação não é, porém, o de dar prosseguimento ao caso e denunciar formalmente Palocci – os investigadores sabem não existirem provas para sustentar a teoria –, mas vazar a alegação para a mídia, com o objetivo de levantar suspeitas a respeito de uma suposta conexão do PT com os *hackers*.

A PF se fia no relato de um rapaz de 19 anos que ficou meses preso e recebeu o benefício da prisão domiciliar logo após delatar Palocci

A trama baseia-se na delação de um estudante de 19 anos, Luiz Henrique Molição, o mais jovem dos seis indiciados pela PF na Operação Spoofing. Embora não tenha participado do *hackeamento* dos celulares, Molição afirmou, em novembro de 2019, ter ouvido de Walter Delgatti Neto e Thiago Eliezer, apontados pelo procurador Wellington Dias como chefes da "quadrilha", que "as invasões tiveram início para obter material que pudesse beneficiar Antonio Palocci Filho em possível negociação de acordo de delação premiada que havia sido descartada pelo Ministério Público Federal e encontrava-se em negociação junto ao Departamento de Polícia Federal". Em tempo: o procurador refere-se, no caso, à delação de Palocci que Moro tornou pública seis dias antes do primeiro turno das eleições de 2018, ancorada em requentadas acusações contra Lula

DANIEL MARENCO/AGÊNCIA O GLOBO

e o PT. Em agosto de 2020, as declarações do ex-ministro acabariam descartadas pelo delegado Marcelo Daher por se basearem em notícias de jornais "não corroboradas pelas provas produzidas".

Além do que "ouviu dizer", o rapaz apontou o que seria a conexão entre o ex-ministro petista e Delgatti Neto, que havia confessado à Polícia Federal ser o único responsável pelas invasões nos celulares dos agentes públicos. Trata-se de "Luana, sobrinha de Palocci", que mais tarde os investigadores da Spoofing descobririam ser Luanna Thayna Costa, de 21 anos, antiga colega de Delgatti Neto no curso de Direito da Universidade de Ribeirão Preto, conhecida pela sigla Unaerp. O problema é que a estudante não é sobrinha nem possui qualquer grau de parentesco com o ex-ministro. A única relação, se assim podemos defini-la, é o fato de Luanna Costa ser ex-namorada do filho de Artur Watanabe, secretário de Saúde

APÓS TENTAR INCRIMINAR, EM VÃO, O JORNALISTA GLENN GREENWALD E A EX-DEPUTADA MANUELA D'ÁVILA, OS AGENTES MUDARAM O FOCO

de Ribeirão Preto no período em que Palocci foi prefeito da cidade, há 20 anos. Autor do relatório de três páginas sobre a "suspeita", o policial Felipe Monteiro de Andrade relaciona cinco números de telefone e um *e-mail* atribuídos à jovem, mas acrescenta: "Não foram localizadas conversas com o ex-ministro Antonio Palocci Filho, mas todas as menções ao ex-ministro seguem junto desse ofício".

Não era preciso ter devassado a vida da estudante para perceber os furos na história. Todos os investigados tiveram os sigilos bancários quebrados. Não há rigorosamente nada que indique o alegado pagamento de 300 mil reais. Recapitulando: Luanna não é "sobrinha de Palocci" e talvez nunca o tenha conhecido. Não existe um histórico de conversas dela com o ex-ministro e seu único "pecado" foi namorar o filho de um ex-secretário de Palocci, colaborador de duas décadas atrás. Da mesma forma, as investigações não encontraram o rastro do dinheiro supostamente enviado pelo ex-ministro à "quadrilha". A mirabolante história baseia-se única e exclusivamente no relato de um jovem de 19 anos que passou meses encarcerado e conquistou o benefício da prisão domiciliar logo após delatar os amigos e o "mandante petista". A história não para em pé e está tudo documentado. Por que, então, a PF mantém o inquérito aberto com essa absurda linha de investigação?

Desde o início do inquérito sobre as invasões, a Polícia Federal — àquela altura sob o comando do então ministro da Justiça Sergio Moro — utilizou as mesmas táticas corruptas e abusivas empregadas pela Lava Jato durante anos. Alvos de prisões preventivas e de uma série de medidas cautelares, incluídos o uso de tornozeleira eletrônica e a proibição de acesso a equipamentos conectados à internet, quando beneficiados com a prisão domiciliar, os acusados foram pressionados a apontar como mandante uma figura politicamente conveniente para escapar de condenações superiores a 30 anos de reclusão ou ver parentes envolvidos na investigação. Primeiro, os agentes tentaram por meses forçar Delgatti Neto e os demais acusados a apontar o jornalista Glenn Greenwald e a ex-deputada Manuela

Walter Delgatti assumiu sozinho a autoria do crime

d'Ávila, do PCdoB, como mandantes – alegação falsa rechaçada repetidamente em todas as etapas da investigação e negada pelos indiciados, mesmo sob ameaças. Diante do fracasso da linha inicial de investigação, a facção bolsonarista na PF mudou o foco para Palocci, modo conveniente de ligar o PT aos *hackers*.

A série de documentos sigilosos mostra que a Polícia Federal, previamente comandada por Moro e hoje aparelhada pelo bolsonarismo, levanta hipóteses absurdas para desvendar a suposta identidade de um mandante, ou financiador, da invasão do aplicativo de mensagens utilizado pelo ex-juiz e pelos procuradores da Lava Jato. Desde os primórdios da investigação, Delgatti Neto confessou ser o responsável pelo ataque e ter agido por conta própria, mas a PF insiste em procurar outro culpado. Advogados de defesa entrevistados para esta reportagem confirmam o jogo sujo dos agentes federais para extrair as delações. Um deles, Luís Gustavo Delgado de Barros, afirma que seu cliente,

A "SOBRINHA" DE PALOCCI, O TAL ELO APONTADO PELOS POLICIAIS, NÃO TEM PARENTESCO OU RELAÇÕES COM O EX-PETISTA

Thiago Eliezer, foi coagido a apontar "um mandante" sob a ameaça de que os agentes iriam acusar parentes por lavagem de dinheiro, uma vez que suas movimentações bancárias estavam atreladas a dois restaurantes de propriedade da família.

Danilo Cristiano Marques, um dos indiciados, afirmou a *CartaCapital* que certa vez perdeu a paciência com o insistente assédio para fazer uma delação. "Entreguei uma folha em branco com a minha assinatura e disse: 'Pronto, podem escrever o que quiserem'", relata. "Eles não admitiam a possibilidade de um caipira do interior de São Paulo ter feito aquilo. Precisavam de algum mandante ilustre, só que não tinha. O próprio Delgatti confessou que fez tudo sozinho." Marques foi preso por supostamente auxiliar Delgatti Neto nas invasões dos telefones. Ele nega e se declara apenas amigo do *hacker*.

Durante as audiências, que podem ser acessadas *online*, Delgatti Neto contestou a veracidade das afirmações feitas por Molição em seu acordo de cooperação. Em um trecho específico, revelado pela revista eletrônica *O Sabiá*, editada por Sofia Schurig, uma das autoras desta reportagem, o acusado afirma que a delação do co-

Antes de Palocci, os agentes da PF tentaram incriminar Greenwald

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

Por fim, o jornalista GLENN GREENWALD, de forma livre, consciente e voluntária, auxiliou, incentivou e orientou, de maneira direta, o grupo criminoso, DURANTE a prática delitiva, agindo como garantidor do grupo, obtendo vantagem financeira com a conduta aqui descrita.

ESCLARECIMENTO AOS LEITORES

Por que publicamos documentos sigilosos da Operação Spoofing

Como a matéria de capa desta edição deixa claro, *CartaCapital* obteve, de uma fonte anônima, um arquivo com documentos sigilosos referente às investigações da Operação Spoofing. Os documentos demonstram uma série de práticas abusivas e ilegais por parte de um setor da Polícia Federal aparelhado pelo bolsonarismo.

Esse setor da PF tem manipulado o inquérito que apura as invasões aos celulares de autoridades, com o objetivo de emplacar uma versão política e influenciar o debate eleitoral de 2022. O objetivo é empregar as mesmas técnicas lavajatistas de intimidação e ameaça para forçar os réus a fazerem delação premiada que permita fabricar uma ligação entre os *hackers* e o Partido dos Trabalhadores.

Como os documentos deixam claro, as evidências para sustentar essa tese são extremamente frágeis. A análise dos documentos e do que dizem as partes envolvidas deixa claro que o objetivo não é de fato obter uma condenação ou esclarecer definitivamente o caso, que já foi resolvido, mas manter o inquérito aberto indefinidamente e envolver nomes politicamente relevantes na investigação. Essas práticas, bastante similares às empregadas pela Operação Lava Jato, constituem um grave abuso do poder de investigação investido nas autoridades policiais.

---

lega "foi feita com alguma intenção, não sei qual". O *hacker* acrescentou que o delator não apresentou prova alguma e fez "o que os investigadores queriam". Afirmou ainda que o delegado Luís Flávio Zampronha, à época responsável pelo caso, havia oferecido a mesma delação "pronta" para outros presos da operação.

Além de coagir um jovem de 19 anos a fazer uma acusação ao que tudo indica falsa, a Polícia Federal utilizou de métodos antiéticos – e porventura ilegais – na busca incessante por um mandante das invasões. Investigadores plantaram uma escuta ambiental na cela de um dos indiciados, Thiago Eliezer, com o objetivo de captar conversas que pudessem levar ao suposto mandante e utilizar o material como evidência no inquérito. No pedido formal para a instalação da escuta, Zampronha justifica que os acusados poderiam estar ocultando quem contratou o serviço. "A convivência em uma mesma cela por algum período pode gerar um ambiente de confiança entre os investigados, atribuindo voluntariedade e espontaneidade às informações reveladas longe da presença de agentes públicos."

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE ANÁLISE – NA/SOI/DICINT/CGI/DIP/PF

Ofício nº 06/2020 – NA/SOI/DICINT/CGI/DIP/PF

Brasília, 02 de dezembro de 2020

Em resposta ao ofício nº 326009/2020 – SOI/DICINT/CGI/DIP/PF, seguem as informações requeridas:

a) Trata-se de LUANNA THAYNA COSTA

LUANNA THAYNA COSTA
CPF
DN
Filiação:
Endereço:
RUA
RIBEIRAO PRETO/SP
Telefones:
(16)
E-mail:
Facebook:
https://www.facebook.com/luanna

Não há registro de conversas entre a "sobrinha" e o tio Palocci

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL
DIVISÃO DE CONTRAINTELIGÊNCIA POLICIAL

Na sequência, logo após os fatos narrados, na posição aproximada 3h 37m 20s, THIAGO tem um *insight* e sugere a MOLIÇÃO uma eventual **escuta ambiental instalada nas celas.**

THIAGO: Quer vê uma coisa?
MOLIÇÃO: (ininteligível)
THIAGO: Vem vê uma coisa.
MOLIÇÃO: (ininteligível)
THIAGO: Aqui na minha, oh ... (ininteligível), oh eu acho que eu sei onde que está, tá bem nesse..., no cano ali.
MOLIÇÃO: (ininteligível)
THIAGO: lembra do buraco que eu te falei bem em frente? Então tá acho que ali.
MOLIÇÃO: (ininteligível)
THIAGO: Cê revistou aí, foi?
MOLIÇÃO: (ininteligível)
THIAGO: ah deve tá num lugarzinho bem certinho, bem bonitinho
MOLIÇÃO: (ininteligível)
THIAGO: Oi? Não entendi! ...(ininteligível)
MOLIÇÃO: ... (ininteligível) tá ali?
THIAGO: não, não sei só tava chutando, é porque tinha uns fios e eu não sei se estava no mesmo lugar.

Passados aproximados 31 minutos de procura, da posição 3h 38m 37s até a posição 4h 09m 10s, THIAGO chama por MOLIÇÃO informando que localizou a escuta ambiental.

THIAGO: LUIZ, encontrei, encontrei!
MOLIÇÃO: encontrou?
THIAGO: anh han, tá vendo esse cano aí? Olha dentro do buraco.
MOLIÇÃO: (ininteligível)
THIAGO: Oi? Não tem não? Ahn?
MOLIÇÃO: (ininteligível)
THIAGO: Não achou? Aqui eu achei!

A partir da posição 4h 48m 03s THIAGO e WALTER decidem arrancar o equipamento eletrônico de escuta ambiental.

THIAGO: pode arrancar?
WALTER: an han

O estratagema não surtiu o efeito esperado. Assim que retornou à cela, Eliezer desconfiou da existência de um grampo ao reparar fios saindo de um cano. Passados 31 minutos, voltou a analisar o local e encontrou o equipamento: "Luiz, encontrei, encontrei...", disse ao colega Molição, da cela ao lado. "Tá vendo esse cano aí? Olha dentro do buraco." A descoberta deu-se quando o cronômetro da escuta ambiental marcava 4 horas, 9 minutos e 10 segundos. Cientes de que eram grampeados, os investigados continuaram a conversar, trocando informações sobre os valores de movimentações financeiras identificados pelo Coaf na conta de cada um deles. Em certo momento, Eliezer se cansa da falta de privacidade. "Pode arrancar?", pergunta aos amigos. "Anrã", responde Delgatti Neto. Autorizada judicialmente por um período de 15 dias, a escuta acabou destruída menos de cinco horas após a sua instalação. A escuta ambiental parece obra do Inspetor Clouseau.

REDES SOCIAIS

Thiago Elizer descobriu o grampo na cela em 31 minutos. Cansado das pressões para delatar, Danilo Marques diz ter oferecido "uma folha em branco assinada" aos agentes da PF

OS INVESTIGADORES PLANTARAM ESCUTAS NA CELA DOS ACUSADOS, MAS O EQUIPAMENTO FOI DESCOBERTO EM QUATRO HORAS

Primeiro responsável pelo inquérito da Spoofing, Zampronha possui uma carreira brilhante na Polícia Federal, se for analisado por uma ótica lavajatista. Formado em Direito pela Universidade Federal de Goiás, ingressou na corporação como delegado em 1999. Antes de comandar a Spoofing, foi responsável por iniciar as investigações do chamado Mensalão no primeiro governo do ex-presidente Lula. Seu currículo é recheado de cursos no exterior. Em 2002, estudou Técnicas de Combate aos Crimes Financeiros no Federal Bureau of Investigation, o FBI. Em 2015, participou de um treinamento sobre investigação e fiscalização do comércio no Departamento de Segurança Interna dos EUA. Da mesma forma, envolveu-se em polêmicas. Em 12 de setembro de 2012, foi alvo de uma sindicância aberta pela Corregedoria-Geral da PF por emitir opiniões à mídia sobre quem deveria ou não figurar entre os réus da Ação Penal 470, o processo do "Mensalão" – a sua última grande investigação antes de enfrentar um longo período de "geladeira", em postos burocráticos.

Recentemente, foi promovido. O novo diretor-geral da PF, Paulo Maiurino, nomeou Zampronha para comandar a Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (Dicor). Os dois se conheceram durante as investigações do Mensalão. Maiurino foi nomeado como diretor-geral pelo atual ministro da Justiça do governo Bolsonaro, Anderson Torres, de quem é amigo e que serviu no Conselho de Segurança Pública do Rio de Janeiro na gestão do ex-governador Wilson Witzel.

Em depoimento sob a condição de testemunha nas oitivas da Operação Spoofing, Moro refutou ter exercido qualquer influência sobre a investigação, mas admitiu trocar informações com Zampronha. "Foi-me informado acerca

O delegado Zampronha foi promovido após conduzir a investigação

do desenrolar das investigações, o estágio que ela estava ocorrendo por causa da minha condição de vítima, mas o delegado teve total autonomia para conduzir o caso da forma que ele entendia apropriada", desconversou. "Pelo que me recordo, ele me reportou os fatos e o andamento das investigações", acrescentou o ex-magistrado, que determinou a abertura do inquérito de ofício, como ministro da Justiça, e não como vítima.

O dano causado por Zampronha à vida dos investigados na Spoofing não foi dirimido após a sua saída. Foi ele quem determinou a abertura do inquérito para encontrar o suposto mandante ou financiador dos *hackers*, e quem abriu uma linha de investigação contra Palocci. No documento obtido por *CartaCapital*, a primeira citação ao ex-ministro surge na sequência de uma manifestação do procurador substituto João Gabriel Morais de Queiroz, que reafirma a falta de evidências no inquérito. O Ministério Público solicitou, então, mais 90 dias de prazo para dar andamento à investigação. Alguns meses após a manifestação, em setembro de 2020, Zampronha enviou um despacho ao Serviço de Operações de Inteligência da PF, no qual pede nova análise do material apreendido na operação com o objetivo de apurar as ligações do ex-ministro com o caso.

Naquele momento, o Núcleo de Análise da PF produziu o relatório de três páginas sobre Luanna Costa, a "sobrinha" de Palocci. Como mencionado anteriormente, a ligação da estudante com o ex-ministro é, na melhor das hipóteses, frágil. O médico Arthur Watanabe foi secretário de Saúde de Ribeirão Preto durante a administração de Palocci, em 2001. Seu filho, Leonardo Watanabe, foi namorado de Luanna na época das duas primeiras fases da operação – de julho a setembro de 2019, quase duas décadas depois da passagem do pai pela prefeitura. No período em que teve a vida esmiuçada pela polícia, a estudante estava em outro relacionamento.

Herdeiro do inquérito após a promoção de Zampronha para o Dicor, o delegado Fábio Shor, atual responsável pela investigação, não se deu por satisfeito. Enviou, em 28 de junho deste ano, o Despacho 2958263/2021, no qual determina que Luanna fosse intimada "para prestar esclarecimentos em relação aos fatos objeto do presente procedimento". O objetivo da intimação, segundo o delegado, seria "identificar possíveis elementos que evidenciem atos de embaraçar e/ou impedir investigações criminais de infrações penais praticadas por organização criminosa conduzidas pelos membros do Ministério Público e outras autoridades públicas que sofreram ataques a seus dispositivos informáticos". Em razão da pandemia, o depoimento seria feito virtualmente. Após essa data, nenhuma atualização sobre o depoimento ou o andamento das investigações consta no documento.

OS MÉTODOS DE COAÇÃO E PERSEGUIÇÃO NO INQUÉRITO REPETEM O ESTILO CONSAGRADO PELA OPERAÇÃO LAVA JATO

O elo estabelecido com a ex-namorada do filho de um ex-secretário de Palocci,

somado a uma delação supostamente falsa de um dos presos na operação e que não possuía envolvimento nas invasões, exemplifica materialmente a atuação política da operação. Ao que tudo indica, o nome de Palocci sempre esteve na ponta da língua dos investigadores. Por quê? Atualmente, o grupo político que se elegeu com o discurso da anticorrupção, mas que aparelhou a Polícia Federal, quer sobrepor o nome do ex-ministro na Operação Spoofing não somente para influenciar as eleições de 2022, mas para desacreditar o conteúdo das mensagens divulgadas pela mídia. Para justificar a existência da investigação, esta facção da PF recuou 20 anos para encontrar uma conexão extremamente distante entre Palocci e Delgatti Neto, a envolver um conto de fadas intrincado, confuso e distante baseado em um ex-secretário da administração de Palocci, seu filho e sua ex-namorada, que coincidentemente estudou na mesma universidade do *hacker*.

Nenhum esforço foi feito para acusar Palocci formalmente. Exceto pela delação que extraíram de um jovem assustado, o inquérito é completamente desprovido de qualquer evidência a ligar o ex-petista à trama. Mas, assim como aconteceu durante a Lava Jato, o objetivo não é acusar o ex-ministro criminalmente, uma vez que o caso contra ele não se sustenta. O objetivo do inquérito é construir uma versão que possa ser vazada para a mídia amiga na esperança de prejudicar o PT. A PF nunca terá de provar suas alegações em um tribunal real, mas apenas no tribunal da opinião pública.

Desde o início, o objetivo da Vaza Jato era mostrar ao Brasil como os poderes da polícia, de promotores e de juízes podem ser gravemente distorcidos para fins políticos. Em nome de perseguir quem revelou essa verdade, essa facção bolsonarista da PF reproduz atualmente as mesmas práticas. •

RODOLFO BUHRER/LA IMAGEM/FOTOARENA E LÚCIO BERNARDO JR./AG. CÂMARA

MPF PEDE REPARAÇÃO À UNIÃO PELOS DANOS CAUSADOS PELA LAVA JATO

O lavajatismo não para de colecionar derrotas. Na terça-feira 31, a Procuradoria da República em Mossoró, no Rio Grande do Norte, ajuizou uma ação civil pública contra a União por danos morais coletivos causados pela Operação Lava Jato e pelo ex-juiz Sergio Moro aos brasileiros. A peça destaca que o juiz atuou de forma inquisitiva e com finalidade política, influenciando o *impeachment* de Dilma Rousseff e as eleições de 2018.

Os procuradores Emanuel de Melo Ferreira e Luís Camões Lima Boaventura mencionam o fato de Moro ter levantado o sigilo da delação do ex-ministro Antonio Palocci, com acusações recicladas de jornais contra Lula, dias antes do primeiro turno das eleições. "É fato público e notório que o então juiz federal aceitou a indicação para o cargo de ministro da Justiça ainda no ano de 2018, fato que, analisado em conjunto com os demais, tem a aptidão de explicar a motivação por trás das mencionadas decisões, comprovando a reiterada e sistemática quebra da imparcialidade judicial."

A ação civil pública pede que a Justiça obrigue a União a promover educação cívica para a democracia "no âmbito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e da Escola Nacional do Ministério Público, a partir da realização de cursos, pesquisas, congressos, seminários, palestras, encontros e outros eventos técnicos, científicos e culturais periódicos com magistrados e procuradores da República".

O objetivo, segundo os procuradores, é abordar os temas da democracia militante e das novas formas de autoritarismo "que erodem a democracia e a Constituição brasileira, em parte causados pela Operação Lava Jato, a fim de qualificar os respectivos profissionais nas novas tarefas a serem desempenhadas em prol da proteção do regime democrático".

Os signatários da ação acrescentam que não se basearam em nenhuma prova decorrente da Operação Spoofing, por entenderem que as mensagens foram obtidas de forma ilícita e, portanto, não serviriam para a responsabilização de Moro e dos procuradores da Lava Jato em Curitiba, liderados por Deltan Dallagnol – embora as mensagens vazadas pelos *hackers* indiquem que o verdadeiro chefe da força-tarefa era o próprio juiz.

Dallagnol e companhia devem voltar para a escolinha do MP

Leão desdentado

7 DE SETEMBRO Com Bolsonaro no pior momento, o golpe tende a fracassar, apesar do risco PM, e a manter o País em um impasse

POR ANDRÉ BARROCAL

Gilmar João Alba, o "Gringo Loco", é prefeito de Cerro Grande do Sul, cidade gaúcha de 12 mil habitantes. Aos 53 anos, é um rico ruralista do tabaco. Ao eleger-se em 2020 pelo PSL, o ex-partido de Jair Bolsonaro, declarou à Justiça Eleitoral bens de 8,6 milhões, dos quais 3 milhões em espécie. Em 26 de agosto último, carregava 505 mil *cash* no Aeroporto de Congonhas, de onde iria de jatinho a Brasília. A grana foi descoberta pela Polícia Federal em caixas de papelão submetidas a raio X. Foi apreendida, pois o dono não explicou a origem. E o destino? Senadores da CPI da Covid pediram ao juiz Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, que bote o prefeito no inquérito sobre uma organização criminosa chamada a financiar atos autoritários. Suspeitam que a grana ajudaria a bancar eventos do gênero daqueles convocados pelo ex-capitão para o 7 de Setembro.

Bolsonaro participará de manhã de manifestação na Esplanada dos Ministérios (o costumeiro desfile militar foi cancelado) e à tarde estará em outra na Avenida Paulista. Segundo a associação dos hotéis de Brasília, quase 100% dos quartos em áreas centrais da cidade estarão ocupados até a segunda-feira 6. O governo local mobilizou 5 mil policiais e bombeiros para trabalhar no feriado e fechará a Praça dos Três Poderes. Todos os que forem às ruas, até grupos pró-*impeachment*, serão revistados. Nada de armas de fogo e branca, objetos cortantes, pedaços de pau e ferro, fogos de artifício. Em São Paulo, também haverá revista, inclusive de policiais inativos. A turma anti-Bolsonaro não poderá realizar o tradicional Grito dos Excluídos na Paulista, por veto estadual, e se deslocará para o Vale do Anhangabaú.

O presidente preparou seus fiéis para encenarem um *show* de raiva e com gana de ir às ruas. A alguns disse no Palácio da Alvorada: "Tem que todo mundo comprar fuzil". Um dia depois, comentou com evangélicos em Goiânia que seu futuro tinha três caminhos, "estar preso, morto ou a vitória", frase definida como "desabafo" por uma rádio, diante da hipótese de vir a ser alvo de futura "sanção restritiva" por parte do juiz Moraes, que o incluiu no inquérito das milícias digitais. Carlos Bolsonaro, filho de Jair e miliciano digital-chefe, teve os sigilos bancário e fiscal quebrados pela Justiça, por suspeita de "rachadinha". Ao passear de moto em Uberlândia em plena terça-feira, o presidente declarou que "nunca uma oportunidade para o povo brasileiro foi ou será tão importante quanto este próximo 7 de Setembro", pois "querem que eu tome certas medidas". Ao condecorar atletas militares no Planalto no dia seguinte, disse que "quem quer a paz, se prepare para a guerra".

> O governo distrital mobilizou 5 mil policiais e bombeiros para trabalhar no feriado e fechar a Praça dos Três Poderes

As últimas semanas viram uma mudança na estratégia de convocar as manifestações, conforme a consultoria Quaest, especialista em redes sociais. De início, estimulava-se um ataque ao Supremo, em razão da entrada do presidente no inquérito das milícias digitais e do enterro da lei do voto impresso. O ex-capitão crê que, no caso, o STF colaborou. A partir de meados de agosto, o mote passou a ser a defesa da "liberdade". Bolsonaristas têm visão própria de "liberdade". Querem poder se portar abjetamente: piadas com negros, *gays* e nordestinos, armamento da população, destruição ambiental em nome da exploração da terra, funcionamento normal da economia em uma pandemia.

O Supremo precaveu-se e manteve-se firme. Seu presidente, Luiz Fux, decidiu fazer da segunda-feira 6 ponto facultati-

RENAN OLAZ/CMRJ E ALAN SANTOS/PR

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 30

Futebol. Os cartolas digladiam-se pelo controle da CBF

Carlos Bolsonaro, o filho Zero Dois, teve os sigilos bancário e fiscal quebrados pela Justiça

vo. No feriado, o tribunal estará fechado para visitação e com a segurança reforçada. Moraes, cuja cabeça o presidente pediu em vão ao Senado, peitou o bolsonarismo, ao negar prisão domiciliar a Roberto Jefferson, chefe do PTB. Não adiantou um dos filhos do encarcerado *tuitar* que o pai estava morrendo no presídio de Bangu e precisava de hospital. "Até a data da prisão", escreveu Moraes, Jefferson "exercia plenamente a presidência de partido político, realizando atividade política intensa – sem respeitar qualquer isolamento social –, inclusive com diversas visitas em gabinetes em Brasília, distante de sua residência no interior do estado do Rio de Janeiro; a demonstrar sua aptidão física para viagens de longa distância".

O ex-deputado foi em cana preventivamente em 13 de agosto por ameaças ao Supremo. A Procuradoria-Geral da República denunciou-o à Corte recentemente, por incitação ao crime, racismo e violação da Lei de Segurança Nacional. A

Ricardo Lewandowski lembra que a Constituição pune a atuação de grupos armados contra a ordem democrática. Alexandre de Moraes irritou o bolsonarismo ao negar prisão domicilar a Roberto Jefferson

acusação deverá ser revista. A Lei de Segurança Nacional, entulho da ditadura, acaba de ser revogada. O ex-capitão sancionou, na quarta-feira 1º, a abolição, surgida por obra do Congresso.

A revogação veio juntamente com uma lei que pune crimes contra o Estado Democrático de Direito. Antes da sanção, a nova norma fora invocada por outro togado supremo, Ricardo Lewandowski, em um roteiro sobre como castigar quem vier a dar, ou tentar dar golpe de Estado. O *script* consta de um artigo de 28 de agosto na *Folha*. Lewandowski destaca que a nova lei inclui no Código Penal impedir ou restringir o exercício dos poderes constitucionais. Lembra que, pela Constituição, "constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis e militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático". Pelo Tratado de Roma, ao qual o Brasil aderiu e que cria o Tribunal Penal Internacional, segue o togado, é crime contra a humanidade o "ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil".

A sede do STF estará fechada para visitação e com segurança reforçada

O artigo 142 da Constituição, usado pelo bolsonarismo para justificar intervenção armada, não serve de proteção, segundo Lewandowski. E salienta: pelo Código Penal Militar, subordinado que cumpra ordem criminosa também pode ser punido. Em suma, um roteiro para alvejar de Bolsonaro e chefes militares até soldados. E os quartéis no 7 de Setembro? No Dia do Soldado, 25 de agosto, o comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, falou em defesa da democracia e da profissionalização dos quartéis, mas também da "liberdade", aquela do bolsonarismo. "A reserva tem se exacerbado mais e a ativa está quieta. Mas, mesmo na reserva, você percebe o início de um descrédito com o Bolsonaro, pelos erros em série. O 7 de Setembro pode ser um tiro no pé do presidente. Vai ter gente na rua, mas não tanto quanto ele queria", diz um general aposentado. Ou seja, o País continuará num impasse: Bolsonaro sem força para avançar, mas com força para não cair.

E o "risco PM"? Em caso de "ruptura institucional", os policiais militares seguirão o Exército, conforme a Associação dos Militares Estaduais. As PMs são uma tro-

STF

FLÁVIO DINO

Um outro 7 de Setembro

▶ O verdadeiro patriotismo é democrático e respeita a Constituição. Prega a paz e não conflitos o tempo inteiro

Neste 7 de Setembro, alcançamos nosso 199º aniversário como nação juridicamente independente e entramos na contagem regressiva para o bicentenário nacional, a ser comemorado no ano que vem. A pergunta que vem à mente de qualquer verdadeiro patriota é: que Brasil queremos construir até lá? Alinho-me aos que sonham com Soberania, Democracia e Justiça Social, e com o País bem longe das ameaças absurdas que marcam o feriado nacional deste ano.

Essa agitação liberticida a que assistimos em torno deste 7 de Setembro se filia a uma longa tradição no País. Em grande parte desses quase dois séculos, fomos governados por regimes autoritários. Perdurou por quase todo esse período a crença de que para "vencer a corrupção" seria necessário arregimentar "homens iluminados". Esses seriam puros e técnicos e fariam um governo sem máculas e marcado pela resolução dos problemas. Esse ideal animou o Partido Militar às várias quarteladas que vivemos nesses 200 anos.

O resultado prático desse projeto sempre foi o oposto do que diziam propor. Governos autoritários, ao longo da história do Brasil, mostraram-se incompetentes, pois desconectados dos verdadeiros problemas do País, e manchados por denúncias de corrupção, uma vez que, sem a transparência da democracia, sobram negócios obscuros com recursos públicos.

O arranjo político que atualmente governa o nosso país vincula-se a essa tradição. Tanto em quartéis quanto em tribunais, um pequeno segmento resolveu atribuir-se o papel de "regenerar" a política, em uma pretensa salvação nacional. Contudo, o que vimos é a multiplicação de denúncias de corrupção, como fica explícito agora na CPI do Senado. Enquanto isso, bens essenciais atingem preços inacessíveis, e arrumaram uma enorme crise energética, sem gestão eficiente, resultando em racionamento via tarifaço.

Bolsonaro quer fugir desse território que comprova o fracasso de seu governo e o direciona a uma derrota eleitoral, tentando forjar uma desordem. Os militares que indevidamente se partidarizam, filiando-se a projetos de poder, são uma minoria que deve ser tratada com o rigor da lei. Uma polícia que não cumpre a lei deixa de ser polícia e passa a ser um bando armado. Esses servidores públicos têm a franquia dada pela sociedade de portarem armas para proteger essa sociedade, não para ameaçá-la. Armas para cumprir a lei, não para rasgar a Constituição. O artigo 142 da Constituição não coloca corporações armadas na condição de "poder moderador", nem de tutela sobre o poder civil. Tal preceito diz exatamente o contrário, ao frisar que servidores públicos que portam armas estão submetidos aos poderes constitucionais. E estes são três, como sabemos: Executivo, Legislativo e Judiciário.

A tentativa abjeta de milicianizar as instituições nasce do descrédito do poder bolsonarista. Em vez de melhorar, a situação do País entrou em terrível decadência nos últimos anos, justamente pela aplicação de medidas econômicas erradas, alinhadas a um projeto de destruição do Estado Nacional. Apesar das trevas simbólicas e literais, não podemos desanimar. Um outro 7 de Setembro é possível e vai ocorrer. A data magna da nossa Pátria deve voltar a ser marca de luz e esperança. O verdadeiro patriotismo é democrático e respeita a Constituição. Prega a paz e não conflitos o tempo inteiro. É construído com livros e escolas, não com fuzis em mãos erradas. Não há espírito cívico em hordas marchando para tentar impor seus pontos de vista, minoritários e contrários às leis.

No 7 de Setembro que o Brasil precisa há união nacional para tentar derrotar definitivamente o Coronavírus e vacinar a população em 2021 e 2022, existe solidariedade com os mais pobres massacrados pela inflação e o presidente da República emana bons sentimentos, não ódio e desespero.

O 7 de Setembro de 1822 foi uma construção de muitos, a exemplo de Tiradentes e José Bonifácio. Do mesmo modo, no bicentenário da Independência, teremos um outro 7 de Setembro, bem distinto do atual, na medida em que tenhamos coragem, ideias claras e mobilização. O Brasil é muito maior do que os que querem destruí-lo. Nosso projeto nacional está muito bem sintetizado no artigo 3º da Constituição Federal, a estabelecer como objetivos fundamentais: "Construir uma sociedade livre, justa e solidária; Garantir o desenvolvimento nacional; Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

Esse é o mapa do caminho. Viva o Brasil! •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

pa maior (400 mil homens) do que a das Forças Armadas (300 mil). Muitos policiais foram convocados para o 7 de Setembro. Uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostrou: de 2020 para cá, subiu de 38% para 48% o número de PMs que interagem com ambientes bolsonaristas nas redes sociais. Desde a posse, Bolsonaro teve cinco agendas oficiais com policiais militares. Segundo José Vicente da Silva, coronel reformado da PM paulista, o ex-capitão é o primeiro presidente a cortejar a categoria, mas isso não teria afetado o trabalho policial. "As informações que tenho, principalmente da PM em São Paulo, é de que a manifestação vai ser muito tranquila. Aliás, como tantas outras de 7 de Setembro."

O coronel reformado da PM paulista José Vicente prevê uma "manifestação pacífica"

O presidente que apela ao fantasma do golpe vive seu "pior momento", anota o cientista político Felipe Nunes, da Universidade Federal de Minas Gerais e da consultoria Quaest. A principal razão, diz, é "a percepção negativa da população sobre os resultados e as perspectivas econômicas do País". A análise baseia-se em uma pesquisa da Quaest divulgada na quarta-feira 1º, na qual a avaliação negativa do governo (48%) é o dobro da positiva (24%) e a vantagem de Lula no segundo turno saltou para 25 pontos (55% a 30%). Pandemia e saúde seguem apontadas como os grandes problemas nacionais (28%), mas agora coladas a economia e inflação (27%). Dois meses antes, dava 36% e 16%. Além disso, encolheu o otimismo com o porvir. "O grande inimigo neste momento é a inflação, não o desemprego", afirma Nunes.

Em 12 meses até julho, a inflação foi de 8,9%, com estragos na gasolina (39%), nas carnes (34%), no botijão de gás (29%), na conta de luz (20%). E vem mais paulada na energia, com racionamento disfarçado e a nova bandeira "escassez hídrica". Em junho, o desemprego até recuou, de 14,6% para 14,1%. Pouco, contudo: há 20 milhões sem ocupação e desalentados. No atual ritmo da economia, a taxa seguirá nas alturas. No segundo trimestre, o Brasil encolheu 0,1%. "O PIB do vovô não sobe mais", ironizou Dilma Rousseff, cuja cassação completou cinco anos em 31 de agosto, data lembrada

OS *INFLUENCERS* DA QUARTELADA

Estrelas no YouTube, PMs unem-se à convocação dos atos bolsonaristas

POR ANA FLÁVIA GUSSEN

Policiais tornaram-se *blockbusters* verdadeiros nas redes. Apenas no YouTube, dez canais de tenentes, capitães, majores e coronéis somam 1 bilhão de visualizações, segundo levantamento de *CartaCapital*. Os vídeos mostram a rotina de operações, perseguições policiais e trocas de tiros. Ao alcançar o estrelato na internet, eles passam a ser entrevistados em *podcasts*, programas de rádio e televisão aberta, além de participarem de *lives*, nas quais falam sobre os baixos salários e outros problemas enfrentados pela categoria. Mas não só da rotina militar sobrevivem os "influenciadores". Com milhares de centenas de seguidores, militares da ativa e da reserva têm se posicionado politicamente com cada vez mais desembaraço.

As publicações vão da defesa da reeleição de Bolsonaro ao "combate ao comunismo", e quase sempre estão recheadas de *fake news*. O gabinete do ódio tem tirado proveito desse verdadeiro "exército digital". Mesmo contra as regras, centenas têm usado a farda na hora de convocar para as manifestações do Dia da Independência. "Nenhum liberal talco de bumbum vai derrubar a hegemonia esquerdista. Precisamos de tanque", afirmou o coronel Aleksander Lacerda, ao convocar a população para os atos bolsonaristas de 7 de Setembro. Ele acabou afastado por indisciplina do Comando de Policiamento do Interior-7 pelo governador de São Paulo, mas a contaminação de parte da polícia pela política partidária revelou-se em centenas de manifestações favoráveis ao coronel que inundaram as redes sociais.

"Policiais Militares do Estado de São Paulo estejam na Avenida Paulista no 7 de Setembro em apoio ao nosso

em um evento a contar com a presença da ex-presidenta e de Lula. O PIB de abril a junho expôs a miragem da alta de 2,5% em 2022, estimada pelo governo no Orçamento do próximo ano, recém-enviado ao Congresso. Proposta que, de novo, não tem reajuste real do salário mínimo.

"A oposição tem que continuar tratando dos temas que interessam mais diretamente ao povo brasileiro", diz o senador Jaques Wagner, do PT da Bahia. "A melhor estratégia é falar de emprego, de renda, de inclusão produtiva, inclusão social, vacina, saúde, segurança. São os problemas que impactam o dia a dia das pessoas, especialmente as de menor poder aquisitivo." Para ele, o 7 de Setembro bolsonarista destina-se a manter coeso o grupo mais linha-dura, ante a perda de popularidade do governo e aumento do apoio ao *impeachment*. Ex-ministro da Defesa, Wagner não vê "aderência das Forças Armadas" a um golpe.

A CPI da Covid continua a apontar as sujeiras de Ricardo Barros, líder do governo na Câmara

"Não consigo enxergar sustentabilidade nisso *(golpe)*, não teria apoio de governadores, do Congresso, do Supremo, não teria apoio internacional, a tendência, inclusive, seria ter retaliações econômicas internacionais", diz o vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos, do PL do Amazonas. O que não significa, ressalva ele, "relativizar" o fato de o chefe da nação articular os atos. "É extremamente perigoso para a democracia o presidente convocar e se anunciar presente em manifestação em que muitos organizadores verbalizam o desejo de fechar o Congresso e impor sua vontade. Não está dentro da normalidade democrática." Se terminar em violência, prossegue, Bolsonaro estará ao alcance de *impeachment* por crime de responsabilidade. Será? •

presidente Jair Messias Bolsonaro", postou o coronel da PM Homero Cerqueira, ex-presidente do ICM-Bio. O vídeo possui mais de 100 mil visualizações em apenas uma das centenas de páginas bolsonaristas que repercutiram o vídeo. Mello Araújo, presidente da Ceagesp, também convocou militares às ruas sob o argumento do "combate ao comunismo". O vídeo teve 32 mil visualizações no canal "A Verdade".

Para driblar sanções, muitos agentes têm recorrido ao WhatsApp e ao Telegram para postar seus vídeos. Em quatro grupos no aplicativo russo monitorados por *CartaCapital*, um moderador que se intitula subtenente e um suposto capitão ficam responsáveis por repassar vídeos de agentes fardados nos canais. Todos convocam para o Dia da Independência em defesa da "liberdade" e contra o "comunismo".

Secretarias estaduais de Segurança Pública negam a possibilidade de uma quartelada, mas demonstram preocupação, tanto que o tema foi tratado na última reunião de governadores. Militares da reserva podem participar de manifestações políticas, mas os da ativa, não. Tanto a convocação quanto a presença nos atos podem levá-los a responder por prática de conspiração, insubordinação e incitamento à desobediência, explica Mauro Menezes, o advogado e ex-presidente da Comissão de Ética da Presidência da República. "Estamos vendo convocações para um ato que desafia e ameaça a legalidade e as instituições. A participação nessas manifestações, tratando-se de oficiais e integrantes das Forças Armadas, atenta contra inúmeros dispositivos éticos e legais."

O youtuber PM Aleksander Lacerda sonha com a "revolução"

GOVSP, ALESP E PEDRO FRANÇA/AG. CÂMARA

O Brasil à deriva

▶ Isolado, Bolsonaro cria cortinas de fumaça, ensaia um golpe. Tudo para esconder o seu despreparo para lidar com os reais problemas do País

Estamos nos aproximando do 7 de Setembro, essa data tão simbólica para o Brasil e que nos faz refletir sobre o sentido da Independência, sobretudo num momento tão conturbado da vida nacional. Passamos da marca de 580 mil mortos pela Covid-19, nosso meio ambiente está devastado, acumulamos quase 15 milhões de desempregados, 6 milhões de desalentados, mais 6 milhões de inativos e outros 7 milhões ocupados de forma precária. Para piorar, voltamos a conviver com a fome e a inflação, a afetar itens essenciais, como alimentos e combustíveis, somada ao aumento no preço da energia elétrica. Um conjunto de fatores que impacta diretamente na vida de milhões de brasileiros.

Mais que nunca falta liderança, o Brasil está à deriva. Temos um presidente que só provoca a democracia e as instituições para alimentar o ânimo dos seus seguidores mais fiéis e radicais. Isolado, cria cortinas de fumaça, ameaça um golpe, mobilizando todas as atenções. Diante de tantos sintomas que escancaram a ausência de governo, realiza passeios de moto, incentiva o armamento e ameaça a normalidade democrática. Tudo para esconder sua total falta de humanidade diante do sofrimento das pessoas e seu despreparo para lidar com os problemas reais que o País enfrenta – que não são poucos. O tom de ameaça é o que resta a quem se vê acuado e com cada vez menos chances de reeleição.

É bom lembrar que, há cinco anos, tivemos um golpe contra a democracia brasileira. Não foi com armas, tanques ou ameaças de milícias, mas com um teatro que deu ares de legalidade ao impedimento da presidenta Dilma Rousseff, sem crime de responsabilidade. Depois disso, a prisão de Lula, num processo eivado de vícios, desprovido de provas e que aconteceu pela via do *lawfare* para tirá-lo das eleições de 2018. E, com esses dois acontecimentos, uma sequência de episódios que corroem a nossa democracia.

Não acredito que o atual presidente dará golpe. Não há espaço para isso. O discurso de que só sai da cadeira da Presidência morto, preso, e que só Deus pode tirá-lo do cargo são clichês sem nenhuma substância. É o blefe de quem não tem nada de útil para apresentar a um País tão deprimido. E essa narrativa golpista rapidamente ganha escala nas redes e na mídia, assustando boa parte da população e mobilizando as nossas energias. Aí pergunto: na próxima semana, quando tudo passar, qual será o baratino da vez?

Sou dos que preferem focar no que realmente interessa. Como tirar o País deste buraco em que nos colocaram. Debater com a sociedade o projeto necessário para interrompermos este ciclo macabro de destruição e voltarmos a ter esperança. Tenho dialogado com atores nacionais e internacionais em busca da construção de um novo modelo de desenvolvimento, em que economia, igualdade social e sustentabilidade caminhem lado a lado. Esta é uma pauta em discussão no mundo todo e que merece a devida atenção aqui no Brasil.

Precisamos colocar como prioridade na agenda nacional temas como emprego, renda, inclusão produtiva, justiça social, vacina, saúde, educação, segurança, agricultura familiar, responsabilidade econômica e tudo que impacta diariamente na vida da nossa gente. De todas as classes sociais, mas especialmente das pessoas com menor poder aquisitivo, sempre as que mais sofrem diante de tanto desprezo.

Só mudaremos a história deste País – hoje completamente desorganizado, sem rumo e sem esperança – se tivermos a capacidade de unir pessoas e projetos que mirem num futuro melhor. Tenho insistido, como presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, em discutir a economia verde, que gera empregos no mundo todo, com salários até 19% mais altos, despertando a sociedade para uma nova convivência com o meio ambiente. Estamos num limite ambiental, com secas cada vez mais severas, racionamento de energia, aquecimento global e destruição da nossa biodiversidade. Se não agirmos agora, estamos comprometendo não somente as futuras gerações, mas também as atuais.

Um grande artista baiano, Lazzo Matumbi, tem uma composição que diz: "No dia 14 de maio, eu saí por aí, não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir". É uma referência à dita abolição da escravatura, ocorrida em 13 de maio de 1888, e que, como ele transformou em música, não trouxe nenhuma perspectiva real aos escravizados no dia seguinte. Com essa inspiração, digo que o 7 de Setembro vai passar. E, no dia 8, devemos seguir dispostos e vigilantes para enfrentar os temas que realmente interessam ao povo brasileiro, construindo alternativas e defendendo a democracia, sempre, em primeiro lugar. A Independência depende de novas perspectivas para superarmos esse capítulo tão desastroso da vida nacional. •

sen.jaqueswagner@senado.leg.br

BAPTISTÃO

GUILHERME BOULOS

Feijão e fuzil

▶ Para Bolsonaro, armar parte da população é oportunidade de constituir um exército privado de apoiadores, prontos a embarcar em suas aventuras golpistas

A frase de Bolsonaro chamando de idiota quem defende comprar feijão em vez de fuzil é o resumo mais fiel de seu governo. Não apenas pela cultura de ódio e violência que semeia no País. Não apenas por revelar sua completa falta de empatia, de se solidarizar com quem sofre o flagelo da fome. Mas também porque a política de seu governo é diretamente responsável pelo fato de a maioria dos brasileiros comerem menos feijão, enquanto uma minoria passou a se armar até os dentes.

Bolsonaro desmontou as políticas públicas de segurança alimentar que foram exemplo para o mundo. José Graziano, que foi ministro do governo Lula para o combate à fome, tornou-se depois diretor-geral da FAO, entidade das Nações Unidas responsável pela agricultura e combate à fome no planeta. O Brasil criou o Programa de Aquisição de Alimentos, que fomentava a agricultura familiar no campo, ao mesmo tempo que criava uma rede de distribuição na cidade. Hoje, ele está desmontado, com o pior orçamento da história. Tivemos também o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que fazia chegar na merenda dos alunos alimentos saudáveis, vindos dos pequenos produtores, atualmente também desestruturado.

O resultado desses retrocessos é a falta de fomento para quem produz e a falta de alimentos para quem consome. Bolsonaro encarregou-se ainda de esvaziar a Companhia Nacional de Abastecimento, que mantém estoques públicos de alimentos para regular o preço, no caso de problemas de safra. Seu governo fechou 27 armazéns da Conab em 2019 e hoje o estoque público de feijão é suficiente apenas para um dia de consumo nacional. Com isso, o governo perde toda a capacidade de conter a inflação de bens essenciais para alimentar a população brasileira.

A inflação dos alimentos explodiu no último período, atingindo 14%, em média, no primeiro ano da pandemia, 10 pontos acima do IPCA. A alta foi puxada por itens como óleo de soja, que subiu 87%, feijão (58%), arroz (51%) e carne (38%). Comer virou luxo no Brasil, que, contraditoriamente, é um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Não por acaso, chegamos ao número dramático de 19 milhões de pessoas com fome, segundo estudo do Instituto Vox Populi no início do ano. Em 2021, estamos voltando ao vergonhoso Mapa da Fome. E os "idiotas" querem feijão em vez de fuzis...

A fala de Bolsonaro serve, porém, a um propósito e expressa a única política que funcionou em seu governo: armar parte da população. Apesar de a liberação geral de armas ter sido barrada pelo Congresso e pelo Supremo Tribunal Federal, o governo fez sucessivos decretos que facilitaram a aquisição de armas e munições pelos chamados CACs (Caçadores, Atiradores e Colecionadores). Qualquer um que se inscreva num clube de tiro, apresente as documentações necessárias e faça os exames estará habilitado para comprar armas, inclusive de grosso calibre, e uma quantidade farta de munição. Só neste ano foram quase 100 mil novos CACs registrados. Para que se tenha uma ideia, há dez anos, em 2011, foram 8 mil.

A proliferação de mais armas não significa somente o aumento da violência na sociedade. Representa, para Bolsonaro, a oportunidade de constituir um exército privado de apoiadores, prontos a embarcar em suas aventuras golpistas. É nisso que ele aposta. O ex-capitão sabe que suas condições para ganhar a eleição de 2022 são cada vez menores, com a queda de popularidade e o desastre sanitário, social e econômico do governo. Por isso, provocou o debate do voto impresso, começando a construir previamente o discurso de não aceitação da derrota e mobilizando seus seguidores para o mesmo caminho. Ele sabe também que não será fácil convencer as Forças Armadas a embarcar com ele num caminho de ruptura institucional. Daí que aposta as fichas na construção de verdadeiras milícias políticas, integradas por civis bolsonaristas armados.

Há precedente. Esse foi o caminho do golpe na Bolívia contra Evo Morales, em 2019, liderado por milicianos. Bolsonaro trabalha para repetir a experiência por aqui. Por isso, suas declarações sobre fuzis, seus acenos aos seguidores mais fanáticos e a panaceia montada para o 7 de Setembro. É preciso derrotar o golpismo no nascedouro e trazer para o centro da agenda a verdadeira pauta da maioria dos brasileiros: feijão, trabalho e direitos sociais. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

O ovo da serpente

PODER Sob o comando de Roberto Jefferson, o PTB de Vargas torna-se um celeiro de reacionários e extremistas

POR ANA FLÁVIA GUSSEN

Criado por Getúlio Vargas em 1945, o PTB foi concebido para representar os anseios dos trabalhadores brasileiros. Com o suicídio do seu principal idealizador, em 1954, o partido passou a se orientar pela "Carta-Testamento", que pregava o fortalecimento do Estado, a defesa da Petrobras e a proteção social. Passados 76 anos, a legenda, nas mãos do ex-deputado Roberto Jefferson, de longa ficha corrida na polícia, tornou-se o avesso do avesso do avesso. O novo estatuto da legenda, aprovado no fim de 2020, reservou três rápidas menções ao falecido fundador. O ideário trabalhista desapareceu por completo e deu lugar à agenda liberal na economia e reacionária em todo o resto. Agora, o PTB defende as privatizações, o Estado mínimo, a liberação das armas, o combate ao aborto, a guerra às drogas e a criminalização da "cristofobia". Nem mesmo as cores originais da bandeira – preto, branco e vermelho – sobreviveram.

O objetivo de Jefferson é atrair a caterva de reacionários que ainda não desistiram de Jair Bolsonaro. A direção da legenda almeja filiar o próprio presidente da República, sem partido no momento. O convite inclui um "acordo de cavalheiros", segundo o qual Bolsonaro teria carta branca para abandonar a sigla após a disputa de 2022. Por conta desse arranjo, parlamentares ameaçam deixar a agremiação, enquanto ex-petebistas acusam Jefferson de fomentar uma "seita extremista".

O número de filiados do PTB não para de encolher, revelam dados do Superior Tribunal Eleitoral. Em 2019 eram 1,19 milhão. Agora são 1,07 milhão. Jefferson encontra-se preso novamente, por determinação do Supremo Tribunal Federal, desta vez acusado de integrar uma organização criminosa que busca "desestabilizar as instituições republicanas". A primeira temporada na cadeia deu-se pela condenação a 7 anos de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no "Mensalão". Ficou preso numa penitenciária de Niterói, na Grande Rio, por um ano e dois meses. Nesse período, diz ter tido uma "epifania" e saído do cárcere decidido a transformar o PTB.

Para colocar de pé a "nova legenda", foi necessário intervir em ao menos 11 diretórios estaduais: as direções acabaram destituídas e filiados históricos, expulsos. No estado de São Paulo, o novo mandachuva é Otávio Fakhoury, que se apresenta como empresário, mas vive do aluguel de imóveis herdados, e é investigado no STF por supostamente financiar atos antidemocráticos e a máquina bolsonarista de *fake news*. Fakhoury planeja atrair para o diretório paulista a fina flor da chamada "ala ideológica" que perdeu espaço e cargos no governo, entre eles os ex-ministros Ricardo Salles, Abraham Weintraub e Ernesto Araújo. "O objetivo é promovermos as filiações, pensando em um tripé: militância e rua, como faz o Douglas Garcia *(líder do PTB na Assembleia Legislativa de São Paulo)*, empresários e representantes da sociedade, como presidentes de associações comerciais, OAB, Rotary, pastores e, por fim, prefeitos e vereadores", explica Fakhoury, que diz ser a ponte entre o vice-presidente Hamilton Mourão e a "Faria Lima".

> Preso por ameaçar ministros do STF, o ex-deputado abriu as portas do partido aos neointegralistas

Para atrair lideranças do governo Bolsonaro, o PTB está disposto a tudo, até mesmo engrossar as fileiras do partido com representantes do Movimento Integralista. Paulo Fernando Melo da Costa, dirigente da Frente Integralista Brasileira, tornou-se presidente do diretório no Distrito Federal. Antes disso, havia ocupado o cargo de assessor especial de Damares Alves, a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos. Também se filiaram o presidente da FIB, Moisés José Lima, e Lucas Carvalho, secretário-geral da entidade.

O movimento integralista surgiu em 1932, após o jornalista Plínio Salgado conhecer, durante uma viagem à Europa, o então primeiro-ministro italiano Benito Mussolini. O encontro não durou mais que 15 minutos, mas inspirou Salgado a criar o movimento que, no melhor mo-

Reincidente. O presidente da legenda volta a amargar uma temporada na cadeia, desta vez por ameaçar ministros do Supremo e incitar um golpe de Estado

mento de sua história, reuniu cerca de 1 milhão de simpatizantes. Restam quatro frentes principais. A FIB tem 200 integrantes e ficou famosa por causa do atentado de um de seus integrantes, Eduardo Fauzi, à sede da produtora do canal humorístico Porta do Fundos, que gerou para a Netflix um especial de Natal repudiado pelos "cristãos" mais devotos. Depois de lançar coquetéis molotov contra a produtora, Fauzi buscou refúgio na Rússia. Acabou preso e espera extradição. O Movimento Integralista e Linearista Brasileiro possui forte viés antissemita e anticomunista e mantém afinidades eletivas com maçons e monarquistas. Há ainda a Ação Integralista Revolucionária e um movimento considerado mais radical criado em Niterói, denominado Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrella, ou Accale.

Um dos expoentes da Accale é Breno Zarranz, ligado ao clã Bolsonaro. Em 2017, Carlos Jordy, então vereador no Rio de Janeiro e atual vice-líder do governo Bolsonaro na Câmara, propôs uma "Moção de Aplausos" à editora GRD, do integralista Gumercindo Rocha Dorea, morto neste ano. Na ocasião, devido à idade avançada, Dorea foi representado por Zarranz. O então deputado estadual Flávio Bolsonaro participou da solenidade. Zarranz exibe ainda fotos com Eduardo Bolsonaro. Em uma das imagens, o chapeiro da família segura o livro *Professor Não É Educador*, um dos títulos da GRD.

O PTB de Jefferson, por sinal, adotou o lema integralista "Deus, Pátria e Família", incluindo apenas a palavra "Liberdade". Curiosamente, o Aliança Pelo Brasil, projeto fracassado de Bolsonaro, também adotava o *slogan*. O próprio presidente demonstra afinidade com a turma. Só nos últimos meses, o lema foi usado ao menos oito vezes no Twitter oficial do ex-capitão. A última postagem deu-se em 17 de julho: "E nós vamos juntos resolver isso. Por nós, nossos filhos e netos. Pelas futuras gerações. Deus, Pátria, Família", disse, ao compartilhar um vídeo de Lula com Fidel Castro. Na avaliação do historiador Odilon Caldeira, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora e autor do livro *O Fascismo em Camisas Verdes: do Integralismo ao Neointegralismo*, este é o melhor momento para o movimento desde o fim da ditadura. "Com o bolsonarismo, eles aumentaram a capacidade de articulação e de interlocução." •

PEDRO SERRANO

A tentação do justiceiro

▶ O STF deveria delimitar melhor as fronteiras entre a liberdade de expressão e a incitação ao crime

Qual o limite que separa o exercício da liberdade de expressão na forma de críticas ferinas às instituições do Estado da incitação à violência e atentado à própria democracia constitucional? Recentemente, tal questão foi colocada em debate em mais de uma oportunidade, testando as esgarçadas fronteiras que separam a democracia constitucional de direitos brasileira de um regime de contornos tirânicos.

Em tempos de obscurantismo, a resposta a esses dilemas está na capacidade das instituições de precisar e esclarecer os fundamentos de nossa democracia constitucional. Infelizmente, o Supremo Tribunal Federal, justamente o poder da República que tem atuado mais fortemente na garantia da democracia, claudicou ao proferir algumas respostas em decisões sobre o direito de opinião.

Trata-se dos famigerados casos do deputado federal Daniel Silveira, do PSL, e dos ex-deputados Sérgio Reis, do PRB, e Roberto Jefferson, do PTB, episódios envolvendo os limites da liberdade de crítica às instituições do Estado e atentado a essas mesmas instituições.

Sendo o STF o órgão que acumula funções de tribunal constitucional e de Suprema Corte, além de outras competências relativas ao contencioso penal e federalismo, causou alguma estranheza a instauração de inquérito pelo tribunal para apurar eventuais infrações penais. Contudo, conforme nos ensina Lenio Streck e Marcelo Cattoni, estando sob *contempt of court*, legitima-se a autodefesa pela Corte.

Em outras palavras, o próprio STF adota medidas para responder aos ataques e às omissões dos órgãos comuns de persecução penal (Polícia Federal e Ministério Público Federal), uma vez que intimidação, ameaças ou constrangimentos lançados sobre o funcionamento da Corte afetam o próprio sistema de garantias de direitos. Não há, portanto, que se falar em violação ao sistema acusatório a instauração de inquéritos, no STF, para investigar *fake news* e atos atentatórios à democracia. Por que, então, o Supremo manquejou ao fixar os limites dos direitos à liberdade de expressão e de manifestação do pensamento?

Na prisão de Silveira, ainda que a conduta devesse ser investigada, não caberia o enquadramento como infração permanente em veiculação de vídeo nas redes sociais. Além disso, o uso da Lei de Segurança Nacional, entulho autoritário repleto de imprecisões conceituais, foi bastante descabido. Não à toa, essa lei passou por revisão legislativa.

Já a prisão preventiva de Roberto Jefferson justifica-se no mérito, mas se mostrou pobre em fundamentação, pois era preciso explicitar que suas manifestações ultrapassaram as balizas da liberdade individual ao pregar, de forma sistemática e reiterada, a violência e o ódio dirigidos às instituições públicas e ao processo eleitoral. Finalmente, a busca e a apreensão em face de Sérgio Reis foram adequadas, uma vez que sua conduta lançou dúvidas sobre se se tratava de uma articulação para a realização de ato violento contra as instituições ou se era recurso retórico.

O cerne do problema reside no déficit do exercício de sua função pacificadora por parte do STF quando este se exime de fundamentar com mais precisão suas decisões. Nos três casos, ficaram nebulosos os limites da legítima convivência entre distintas visões razoáveis e concorrentes de mundo. Note-se que não se trata de mero dever de fundamentação, mas de uma relevante contribuição para o debate e a estabilização sociais.

Praticar a crítica à ação estatal e aos agentes governamentais é fundamento indissociável da cidadania. Uma democracia ampla e plural precisa conviver com discursos díspares, extremistas até, ou arrisca-se a virar "ditadura de centro". Nesse sentido, decisões do Estado, incluídas as do STF, podem e devem ser criticadas, pouco importa se a crítica é tecida em tom comedido e cordial ou se se reveste de teor ácido ou desequilibrado.

Não será o tom usado para a crítica que vai caracterizar um atentado ou incitação à violência. Mas é, sim, transgressão da fronteira do livre exercício da crítica deslocar as violências do campo da abstração e da retórica para o da conduta específica e concretização dos extremismos expressados em discurso.

O direito à liberdade de expressão não é, portanto, um salvo-conduto para se cometerem crimes. Tratamento mais restritivo da liberdade de expressão deve se dar nos casos de discurso de ódio contra minorias. Discursos homofóbicos, racistas e machistas não são aceitos como meras expressões de ideias, porque se dirigem a populações específicas e contêm conteúdo de violência e discriminação.

O momento de crise exige das instituições a definição mais clara desses limites, não apenas robustecendo a nossa democracia, as garantias e a Constituição, mas também afastando ministros do STF da tentação de agirem como justiceiros. O Supremo podia mais. Ainda pode. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ESTHER SOLANO

Náusea

▶ Tirar o monstro do poder é questão de vida ou morte, de saúde mental, de bem-estar coletivo

Nojo, repulsa, asco. Nunca pensei que pudesse ter esses sentimentos em dose tão gigantescas. Tenho. A cada vez que vejo uma foto ou assisto a uma *live* do monstro no poder, meu corpo sofre uma reação física instantânea. Náusea. Sinto a necessidade imediata de vomitar, como se tivesse de expulsar de forma imediata o que acabo de ver ou de ler. Como se o rosto do monstro fosse tóxico, infecto, substância contaminante que não pode permanecer no meu organismo, pois me fará adoecer. Um câncer, no fim das contas. Um câncer em metástase no corpo e na mente de um país. Mente e corpo, ao uníssono, rejeitam o que se passa no Brasil. É podre demais. É pútrido demais, pestilento demais. Mentes e corpos daqueles que não são fascistoides não estão preparados para esta quantidade de putrefação. Tirar o monstro no poder é questão de vida, de morte, de saúde coletiva, de saúde mental, de bem-estar, de presente, de futuro, de dignidade.

Tive um filho em março deste ano. Em plena pandemia. Infelizmente, ele nasceu num mundo onde o beijo é suspeito, onde se abraçar é quase uma infração penal, onde as máscaras escondem os sorrisos. Mas ele também nasceu num mundo que tem Jair Bolsonaro e isso torna as coisas insuportáveis. Não quero meu filho a pagar por este pecado que é muito pior do que o pecado original. No fim das contas, Eva só comeu uma maçã, a gente permitiu que Bolsonaro chegasse ao poder... Não suporto a ideia de meu filho, de tantos outros filhos, de tantas crianças que estão aqui, de tantas crianças que virão, de tanto potencial, de tanta esperança, conviver no mesmo período histórico que um monstro.

Tirar o monstro no poder seria um ato por nós e por eles. Por que nossos jovens, nossas crianças, não merecem pagar por um pecado nosso. Ter permitido que o monstro chegasse ao poder é algo que o mesmo Deus não vai perdoar tão fácil. Um pecado mortal, que carregaremos nas costas, mas que será impossível de expiar. Por que a gente pode, e deve, mudar os rumos do Brasil, mas os mortos não ressuscitarão mais. E a gente vai ter de carregar com essa dor.

Nojo. Repulsa. Asco. Sinto repugnância quando escuto as fanfarronadas dos idiotas fardados que latem estrondosamente (pensando que são lobos, não passam de cachorrinhos insignificantes, pensando que intimidam, não passam de uma caricatura). Repugnância quando escuto os idiotas da fé, Bíblia na mão direita, arma na esquerda. Se Deus não tiver reservado um lugar no inferno para vocês, eu me faço mais ateia ainda. Repugnância quando escuto os ricaços do mercado, reiterando, uma e outra vez, que em 2018 não tinham escolha porque o PT etc. e tal. Acontece que, ultimamente, sinto repugnância por muitas coisas, por muita gente. Porque vocês nos fizeram ter de pagar pelo pecado mortal de ser o país que escolheu Bolsonaro e porque estamos chegando a 600 mil mortos pela Covid.

Vai lá, idiota. Quer dar um golpe? Vai lá dar um golpe. Até para isso é preciso um pouco de inteligência. Vão lá com eles, idiotas fascistas do Brasil, uni-vos. Vocês são uma minoria estúpida, os que se acham lobos ferozes e não passam de cachorrinhos ridículos. A última versão da idiotice fascista é que eles estão comprando fardas falsas para irem na manifestação de 7 de setembro. Que belo resumo da imbecilidade, uma das poucas características humanas que tende ao infinito, que se acumula e se acumula, orgulhosa de si própria.

Imagino o regozijo dos idiotas fardados com farda falsa, bradando na Avenida Paulista pela "intervenção militar". Vocês são uma minoria que constrange um país inteiro. Estou cansada de entrevistar gente que votou em Bolsonaro, hoje desiludida, arrependida, e que sente vergonha de vocês, desdém pelo que representam. Vocês vão ficar sozinhos, com suas fardas falsas e o mundo cairá na gargalhada, pois vocês são simples folclore, folclore brega, burla, nada mais do que burla.

Nojo, nojo de todos vocês.

Só não quero sentir nojo do Brasil. Vocês não o representam. No dia 7 de setembro, o único Brasil que me representará será o do #ForaBolsonaro. Vamos às ruas, no Vale do Anhangabaú e em outras partes do País, contra os idiotas. Somos muitos mais. •

redacao @cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Cartolas em pé de guerra

FUTEBOL S.A. Traições, conchavos, politicagem e ambição desmedida nas entranhas da disputa pelo controle da CBF

POR MAURÍCIO THUSWOHL

Poder, vaidade, assédio, interferência governamental e cobiça movimentam a disputa pelo controle da Confederação Brasileira de Futebol, máquina de fazer dinheiro que gera cerca de 1 bilhão de reais por ano. Desde o afastamento, há três meses, de Rogério Caboclo da presidência da entidade, vê-se de tudo um pouco na queda de braço. Grupos políticos respectivamente ligados aos clubes, às federações, aos dirigentes "históricos" e ao governo Bolsonaro disputam o comando da organização, mas nenhum parece ter força suficiente para determinar os rumos no futuro imediato.

As rédeas da condução política no momento estão com as federações e o grupo dos "históricos", ambos representados no Conselho de Administração formado pelos oito vice-presidentes da confederação. Em reunião no fim de agosto, o restrito colegiado decidiu manter o afastamento de Caboclo, acusado de assédio moral e sexual a uma secretária, e conduziu à presidência interina da entidade o ex-presidente da Federação Baiana de Futebol, Ednaldo Rodrigues, aliado de Ricardo Teixeira e José Maria Marin.

No mesmo dia, as 27 federações estaduais divulgaram uma carta aberta na qual pedem a renúncia de Caboclo. "O futebol deve estar comprometido com o repúdio ao racismo, à xenofobia e a quaisquer outras formas de discriminação e intolerância social, política, sexual, religiosa e socioeconômica", afirma o documento. As palavras camuflam, no entanto, a tentativa de impedir que o dirigente, afastado por 15 meses, volte a tempo de cumprir os seis meses finais do mandato e influencie a sucessão. Tanto a suspenção de Caboclo quanto a nomeação de Rodrigues precisam ser referendadas pela Assembleia-Geral, da qual participam os cartolas estaduais.

Caboclo foi gravado ao perguntar à sua secretária se ela se masturbava. Ainda assim, para convencê-lo a renunciar, o Conselho de Administração concordou em substituir na denúncia o termo "assédio sexual e moral" pela singela "conduta inapropriada". A concessão não foi suficiente para comover o presidente afastado: "Rodrigues não é presidente da CBF nem de fato nem de direito", atacou em nota. O dirigente afastado não aceita a punição e recorreu à Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem. A Assembleia-Geral, inicialmente marcada para 25 de agosto, foi adiada até segunda ordem.

Padrinho político de Caboclo, com quem está rompido, o ex-presidente da CBF Marco Polo Del Nero é apontado pelo ex-aliado como responsável pelas denúncias. "Não renunciarei em nenhuma hipótese. Trata-se de mais um golpe eleitoreiro de Del Nero e seus vices para tentar ilegitimamente apossar-se da presidência", insiste Caboclo na nota. Embora há cinco anos tenha sido banido do futebol por seu envolvimento no escândalo de corrupção conhecido como "Fifagate", Del Nero mantém influência na entidade e teria operado a demissão, em junho, do então secretário-geral Walter Feldman,

Criador. Del Nero puxa o tapete do afilhado político

MAURO PIMENTEL/AFP E GUSTAVO SEREBRENICK/BRAZIL PHOTO PRESS/AFP

Criatura. Caboclo, acusado de assédio, não quer largar o osso

Ednaldo Rodrigues, presidente interino, integra o grupo de Ricardo Teixeira e José Maria Marin

que permaneceu por seis anos na CBF.

Articulada por Gustavo Feijó, vice-presidente ligado a Del Nero, a saída de Feldman, segundo o próprio, foi consequência da tentativa de trazer os times para o processo decisório: "O diálogo com os clubes é a causa do meu afastamento. Antes da minha saída, as equipes da Série A solicitaram uma reunião com a direção da CBF. Queriam propor mudanças, mas houve forte resistência da direção. Eu, que nesses anos todos tive o papel de construir uma relação mais democrática com os clubes, insisti para que essa reunião acontecesse".

Feldman afirma que acabou punido por ter iniciado um processo de mudança gradativa da cultura política da entidade: "Os clubes eram atendidos regularmente, tinham passagem obrigatória pela CBF, que se tornou uma instituição procurada, dialogada. Passaram a ter a Comissão Nacional de Clubes, conselhos técnicos fortes, reuniões periódicas. Houve um empoderamento dos clubes que assustou uma parte da direção da CBF. Aquela reunião foi a gota d'água". Enquanto Caboclo se recusa a largar o osso e Del Nero parece disposto a exercê-lo por intermédio do conselho de vice-presidentes, o ex-secretário-geral propõe um movimento a favor de eleições antecipadas: "Quando existe uma crise, é o momento de aprofundar o processo de construção democrática. O ideal seria a antecipação das eleições para superarmos tudo isso. Hoje temos em

lados opostos os clubes, as federações e os vice-presidentes. Agora seria o momento do pacto, de reunir todo mundo para sair da crise. Os clubes, as federações, o torcedor e o próprio futebol são afetados, mas só os oito vices é que vão resolver".

A indefinição sobre quem de fato controla a CBF tem estimulado as pretensões de alguns *outsiders* ligados ao governo Bolsonaro. Essa é a explicação para a decisão tomada em julho por um juiz de primeira instância do Rio de Janeiro que determinou a intervenção na entidade e a nomeação como interventores o presidente do Flamengo, Rodolfo Landim, e o presidente da Federação Paulista de Futebol, Reinaldo Carneiro. Os dois chegaram a comparecer à sede da CBF para tomar posse, mas a decisão foi revertida pelo Tribunal de Justiça. Ainda cabe recurso.

Feldman define a tentativa de intervenção como "conduta absolutamente equivocada", pois o Tribunal de Justiça não tem jurisdição sobre a CBF. "Eu diria que houve ingerência. Uma intervenção desse tipo poderia caracterizar interferência externa ao futebol, o que a Fifa não admite. Poderia levar eventualmente a uma intervenção da Fifa. Ela fez isso em episódios semelhantes."

> Em meio à confusão, Landim, aliado de Bolsonaro, tentou um golpe

Após ganhar notoriedade por defender a liberação de público nos estádios no auge da pandemia, se aproximar de Bolsonaro e ser citado como substituto do general Hamilton Mourão na chapa presidencial de 2022, Landim, levado em conta seu estilo de gestão no Flamengo, não é garantia de democracia. No melhor estilo bolsonarista, o presidente rubro-negro manobrou para afastar seu principal adversário, o ex-presidente Eduardo Bandeira de Mello, das próximas eleições no clube. O motivo da punição, aprovada por 52 votos a 30 no Conselho Administrativo, foi uma entrevista na qual Bandeira diz que a tragédia do Ninho do Urubu, quando morreram dez adolescentes da base do futebol, teria sido evitada se houvesse mais atenção da atual diretoria.

"O processo foi político, com o claro objetivo de me afastar do clube e do próximo pleito eleitoral", afirma Bandeira de Mello. "Não há qualquer fundamento técnico ou jurídico que justifique a denúncia e a punição, o que foi cabalmente demonstrado na minha defesa. Interpus recurso para que essa injustiça seja revertida." O que acontece no Flamengo, diz, é um reflexo do País: "Há semelhanças evidentes, na medida em que o ódio e a intolerância vêm se sobrepondo aos legítimos interesses do clube e ao espírito de harmonia que deveria prevalecer".

Sobre a CBF, Bandeira de Mello afirma ser preciso buscar novos caminhos. "Eu sempre fui um crítico do modelo de governança do futebol brasileiro, motivo pelo qual não votei no presidente da CBF recentemente afastado. Embora reconheça que muitos dirigentes profissionais da entidade são competentes e qualificados, não poderia concordar com um sistema que praticamente exclui os clubes das decisões que orientam nosso futebol." Além dos times, os atletas e outros profissionais deveriam ser incluídos na discussão, defende. "A democratização do processo decisório e a possibilidade de alternância de poder certamente contribuiriam para minimizar os problemas." Desde a presidência do falecido João Havelange, o forte da CBF nunca foi a democracia, mas as negociatas. •

Oportunismo. "Parça" de Bolsonaro, Landim adota os métodos do ex-capitão na disputa pelo poder

THIAGO RIBEIRO/AGIF/AFP

ALDO FORNAZIERI

Falsa harmonia

▶ A Constituição fornece ao Judiciário e ao Legislativo os meios necessários para conter o golpismo de Bolsonaro. Bastaria utilizá-los

O acirramento do conflito entre o Executivo e o Judiciário fez com que se fale em crise institucional. Conceitualmente, é incorreto falar em crise institucional, pois ela significa crise do sistema político, que afeta a ordem constitucional. Ela expressa um momento de ruptura, de suspensão parcial ou total da ordem constitucional vigente e de passagem para outra ordem.

O Brasil vive dois tipos de crise: de um lado, uma profunda crise econômico-social e, de outro, uma crise política. A crise econômica e social é uma crise de longa duração. A crise política tem duas determinações interligadas. A primeira diz respeito a uma crise de governo, definida pela incapacidade do Poder Executivo, do presidente, de dar respostas e soluções aos principais problemas da sociedade e do País. O governo não enfrentou a pandemia, não dá respostas aos problemas do desemprego e da fome, da inflação, do baixo crescimento, da destruição ambiental etc. É nítido que Bolsonaro não governa.

A segunda determinação diz respeito ao caráter político da crise. Esse aspecto também tem duas dimensões. De um lado, a intensa agressão que Bolsonaro promove contra o Congresso, os governadores e o Judiciário. A segunda dimensão refere-se ao fato de que Bolsonaro procura desestabilizar todo o ambiente político do País com ameaças golpistas, com agressões aos adversários e jornalistas, com o estímulo à compra de armas e à violência armada, e assim por diante. O presidente especializou-se em criar conflitos.

Na medida em que existem três crises que confluem – a crise econômica e social, a crise de governo e a crise política –, a conjuntura pode evoluir para uma crise institucional? A rigor, pode. Ela se configurará se Bolsonaro tentar um golpe autoritário, visando usurpar poderes do Judiciário e do Congresso e implantar um regime de força. Por isso são necessárias ações preventivas de defesa do Estado de Direito e da democracia, seja no âmbito institucional, seja nas mobilizações de rua.

Bolsonaro foi longe demais nas agressões à democracia e não se deterá. Em parte, isto se deve ao fato de que o Judiciário reagiu tardiamente ao golpismo bolsonarista, a Procuradoria-Geral da República pratica omissão criminosa e o Congresso é leniente e passivo na defesa da democracia.

Existe uma enorme confusão quanto ao significado da divisão dos poderes no Brasil. Ela está na própria Constituição, no artigo 2º, que diz: "São Poderes da União, independentes e harmoniosos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

A história da divisão dos poderes nasceu no mundo antigo, com destaque para Esparta e a República Romana. Vários pensadores a discutiram ao longo dos tempos. Políbio, Maquiavel e Montesquieu são os mais conhecidos. Mas suas características modernas foram definidas pelos federalistas norte-americanos no contexto da Constituição de 1787. As Constituições democráticas modernas recepcionaram a concepção dos federalistas.

Ao elaborarem a teoria do equilíbrio, freios e contrapesos, os federalistas conceberam a relação entre os poderes como uma relação de conflitos. No famoso Artigo Federalista Nº 51, James Madison, o pai da Constituição, afirma que a garantia contra a concentração do poder num ramo só consiste em dar a cada poder "os meios constitucionais necessários e os motivos pessoais para resistir aos abusos dos outros", e que as medidas de defesa "devem ser proporcionais ao perigo do ataque. A ambição deve poder contra-atacar a ambição". O desejo de concentrar o poder radica na própria natureza egoísta e ambiciosa dos seres humanos.

A Constituição brasileira fornece ao Judiciário e ao Legislativo os meios necessários para conter o golpismo de Bolsonaro. Se é certo que Augusto Aras não cumpre seu dever constitucional, Luiz Fux, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco mal cumprem o seu. Os três últimos tergiversam com a ineficiente ideia do diálogo e com a falsa tese da harmonia. Se a natureza da relação entre os poderes é conflitiva, cabe a eles aplicarem a Constituição, as leis e exercerem sua autoridade.

Assim, a harmonia não se aplica. O diálogo é contraproducente, por dois motivos: **1.** Bolsonaro não cumpre acordos, não tem fé na palavra e faz o que quer. **2.** O diálogo, as reuniões e as conversas pessoalizam as relações. A república democrática assenta-se no princípio da impessoalidade, principalmente nas relações entre autoridades que precisam aplicar a lei. Pessoalizar as relações é um velho vício da política e do poder no Brasil. É também um caminho curto para não aplicar a lei e não fazer aquilo que deve ser feito, abrindo as portas para o golpismo e a impunidade. •

alfornazieri@gmail.com

BAPTISTÃO

Direitos datados?

JUSTIÇA O STF começa o julgamento do marco temporal, tese que pretende limitar a homologação de terras indígenas

POR FABÍOLA MENDONÇA

O futuro dos povos indígenas está nas mãos do Supremo Tribunal Federal. Na quarta-feira 1º, a Corte iniciou a votação do chamado marco temporal, cujo resultado pode limitar a demarcação de terras. Segundo esse conceito, só as etnias que ocupavam ou disputavam uma determinada região em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição, teriam o direito de reivindicar o território.

A tese do marco temporal desconsidera o histórico de extermínio e opressão das etnias e o fato de que, naquele período, muitos indígenas estavam foragidos ou afastados de seus territórios em consequência das políticas adotadas na ditadura. Ela também ignora a própria Constituição: o artigo 231 garante "os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam" e determina que as "terras tradicionalmente ocupadas pelos índios se destinam à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes".

Após protagonizarem, entre 22 e 28 de agosto, uma série de manifestações em Brasília, organizações indígenas mantêm vigília à espera do julgamento, em meio a ameaças e pressões crescentes de garimpeiros, madeireiros, invasores de terra, condenados e contrabandistas de toda sorte que encontram portas abertas no Palácio do Planalto. "A Constituição aceitou a Teoria do Indigenato, sem estabelecimento de data-limite, reconhecendo a terra como algo ligado à ancestralidade dos povos indígenas. Esse direito não se acaba", afirma Vasco Sarapó, líder da Nação Pankararu e coordenador-executivo da regional Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas.

Relator do processo, o ministro Edson Fachin preparou voto contrário ao marco. Ao ler o parecer durante sessão virtual em junho, Fachin disse que "a relação estabelecida entre a terra e o indígena é congênita e, por conseguinte, originária, não dependendo de título ou reconhecimento formal". Em fevereiro do ano passado, um processo semelhante sobre a demarcação de terras quilombolas foi rejeitado pelo STF. Naquela votação, dos magistrados que continuam no tribunal, Fachin, Luís Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Rosa Weber foram contra a tese. Se mantiverem o mesmo entendimento, seriam seis votos contra o marco temporal, suficiente para derrotar a demanda.

> **Um projeto de lei com o mesmo objetivo** tramita na Câmara dos Deputados

Há variados interesses a sustentar a teoria do marco temporal. O deputado federal Joaquim Passarinho, do PSD do Pará, vice-líder do governo Bolsonaro, é um dos defensores da proposta, assim como inúmeros integrantes da bancada ruralista. O projeto é polêmico, afirma o parlamentar, que se diz contra a utilização ilegal de terra por ruralistas, mas tem a vantagem de estabelecer um parâmetro para as demarcações. "Sem o marco temporal,

Vigília. Os representantes indígenas esperam que o Supremo reafirme as garantias da Constituição

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

o sentimento é de falta de segurança jurídica. Uma atividade econômica pode estar hoje e não estar amanhã, se as terras onde ela funciona forem, de repente, consideradas de interesse indígena." O Brasil abriga 421 reservas homologadas, 13% do território brasileiro, onde vivem cerca de 466 mil indígenas. Outras 303 estão com os processos paralisados. Ao mesmo tempo, apenas 97 mil proprietários rurais controlam 21,5% das terras do País. "Fala-se muito dos TIs e pouco dos grandes latifundiários. Dizem que os grandes proprietários produzem, mas produzem para quem? Para nós é que não é. Quem produz para nós somos nós mesmos, os pequenos", ressalta Sarapó.

A discussão corre em paralelo na Câmara dos Deputados. A depender do resultado do STF, a mesa diretora irá ou não levar a plenário um projeto de lei para estabelecer o marco temporal e, de roldão, liberar a exploração agrícola e comercial das terras indígenas. "Mesmo se algum ministro pedir vista, é importante que os outros adiantem seu voto para deixar clara a posição do Supremo. É preciso afastar a sinalização de que é possível o marco temporal, para que o Congresso não avance com os projetos que lá tramitam com o mesmo objetivo. O Supremo precisa rechaçar essa tese", defende Sandro Lobo, da Rede Pernambucana de Defesa dos Direitos Indígenas. "O STF é o guardião dos direitos, inclusive dos povos indígenas, e imaginamos que vai cumprir seu papel", torce Juliana de Paula Batista, advogada do Instituto Socioambiental.

A tese do marco temporal surgiu em 2009, durante a disputa judicial pela homologação da Terra Indígena Ibirama-Laklãnõ, em Santa Catarina. De um lado, a etnia Xokleng e, do outro, a Fundação do Meio Ambiente. À época, a Justiça Federal deu reintegração de posse à fundação, decisão ratificada em 2013 pelo TRF-4. A Funai recorreu e o caso foi parar no STF, que, em 2019, deu *status* de "repercussão geral" ao processo. Na prática, a decisão servirá de base para casos judiciais semelhantes de demarcações de terras.

Um parecer da Advocacia-Geral da União expedido no governo Michel Temer paralisou as demarcações. Baseado no despacho da AGU, a administração Bolsonaro interrompeu 27 processos em andamento. Em março último, Fachin suspendeu, porém, os efeitos do parecer. A suspensão também será analisada pelo colegiado de ministros. As organizações indígenas divulgaram um documento no qual defendem suas conquistas e relembram a Constituição. "Lutaremos até o fim para manter o nosso direito originário às terras que tradicionalmente ocupamos e protegemos", diz um trecho do documento. "Fazendo parte deste País, mantendo a nossa condição de povos culturalmente diferenciados, mesmo que autoridades públicas e corporações privadas nos considerem empecilhos ao desenvolvimento. Desenvolvimento esse que, desde os primórdios da invasão europeia, é devastador, etnocida, genocida e ecocida, e que nos tempos atuais encontrou, e não por acaso, neste desgoverno, um protótipo para perpetuar o seu projeto de dominação." •

O racha se aprofunda

CRISE Ao anunciar a desfiliação da Caixa e do BB em retaliação à Febraban, o governo se distancia ainda mais do mercado

POR WILLIAM SALASAR

Adversários ideológicos, a Federação Brasileira de Bancos, conhecida pela sigla Febraban, e o Partido dos Trabalhadores tiveram um histórico de atritos nos governos de Lula e Dilma Rousseff, por causa das taxas de juro. Nunca chegaram, porém, às vias de fato, como acaba de fazer o governo Bolsonaro, que anunciou a desfiliação da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil em represália à adesão da Febraban a um manifesto visto como ataque ao presidente, e elaborado por outras entidades.

A represália teria sido inspiração do presidente da Caixa, Pedro Guimarães, notório participante das *lives* do presidente, inconformado em ter perdido a votação, virtual, do Conselho da Febraban, a instância máxima da entidade. Guimarães teria plantado a notícia da desfiliação da Caixa e do BB na coluna de Lauro Jardim, no jornal *O Globo*, ainda no fim de semana, como forma de pressionar a Federação a não assinar o documento em que duas centenas de organizações da sociedade civil dizem ver "com grande preocupação a escalada de tensões e hostilidades entre as autoridades públicas". O manifesto, intitulado "A Praça é dos Três Poderes", acrescenta: "O momento exige serenidade, diálogo, pacificação política, estabilidade institucional e, sobretudo, foco em ações e medidas urgentes e necessárias para que o Brasil supere a pandemia, volte a crescer, a gerar empregos e assim reduzir as carências sociais que atingem amplos segmentos da população".

Bolsonaro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, avalizaram a saída dos estatais da principal entidade representativa dos bancos no País, com 117 associados e liderada por marcas de peso como Itaú, Bradesco, Santander, Safra e BTG. "Bolsonaro tem uma diferença com o Itaú Unibanco", diz um ex-diretor da entidade. "Os Moreira Salles e os Setubal têm assinado todos os manifestos, e o Itaú foi a primeira instituição que reconheceu a gravidade da pandemia."

Guedes disse ter sido informado de que "alguém na Febraban" teria transformado o documento em um ataque ao governo Bolsonaro. A entidade respondeu em nota: "A Febraban não participou da elaboração de texto que contivesse ataques ao governo ou oposição à atual política econômica". *CartaCapital* apurou que, de fato, a ideia do manifesto partiu de Pedro Moreira Salles, presidente do Conselho, e alguns outros líderes empresariais. Mas Guimarães vendeu uma versão muito mais apimentada do esboço original do documento, que era até mais suave do que a publicada amplamente na imprensa.

> **Contrariado, Guedes chama a federação de "casa de *lobby*"**

Fato é que o ministro se indispôs com a Febraban, como em outubro passado, quando acusou a entidade de tentar sabotar os planos do Ministério da Economia. "A Febraban é uma casa de *lobby*, muito honrada, muito justo o *lobby*, mas tem que estar escrito na testa '*lobby* bancário', que é para todo mundo entender do que se trata. Inclusive, financiando estudos que não têm nada a ver com a atividade de defesa das transações bancárias. Financiando ministro gastador para ver se fura o teto, para ver se derruba o outro lado."

Da mesma forma, é fato que o mercado financeiro vem manifestando crescente preocupação com o acirramento das tensões políticas e criticando Guedes pelo abandono da pauta liberal defendida na campanha presidencial de 2018. Na feira da XP Investimentos, na semana anterior, o presidente da Verde Asset

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 40

Racionamento. O risco de interrupção do fornecimento de energia está cada vez maior

Management, Luís Stuhlberger, um dos mais respeitados gestores do mercado, afirmou: "Toda pessoa que é engenheiro, como nós, ou pessoas do mercado financeiro, que se pautam por raciocínios lógicos, têm muita dificuldade de entender a estratégia do presidente Bolsonaro de escalar a tensão com o Judiciário".

Outro expoente do setor, o ex-diretor do Banco Central Luís Fernando Figueiredo, presidente da Mauá Capital, defende as manifestações da sociedade civil que o presidente da Caixa considera ataques ao governo Bolsonaro. "Não acredito em nenhum grande risco institucional, o que não quer dizer que a sociedade civil, as entidades, os agentes, as instituições não tenham que reagir. Elas têm que reagir, porque é sua reação que reduz

Voto vencido. Pedro Guimarães, da Caixa, fez de tudo para evitar que a Febraban assinasse o manifesto. O Conselho da entidade não recuou

REDES SOCIAIS E MATEUS BONOMI/AGIF/AFP

o risco institucional. É disso que tratam esses manifestos", disse, referindo-se também ao documento "As eleições têm que ser respeitadas", em defesa da urna eletrônica e da democracia, que congregou empresários, lideranças religiosas, entidades da sociedade civil e lideranças políticas e contou com mais de 6 mil assinaturas no início de agosto. A este, o governo fez que não viu.

Ainda que não tenha conseguido retirar a Febraban dos signatários, a pres-

são do governo conseguiu que a Federação das Indústrias de São Paulo deixasse para depois de 7 de setembro a publicação do texto, alegando que "o adiamento atende ao interesse de dezenas de entidade que manifestaram apoio à causa". Nota da Fiesp acrescenta que, até a segunda-feira 30, recebera a adesão de "mais de 200 entidades".

Mas sete delas, todas da agroindústria, decidiram lançar seu próprio manifesto, mais duro que o da Fiesp. O texto proclama: "É o Estado Democrático de Direito que nos assegura essa liberdade empreendedora essencial numa economia capitalista, o que é o inverso de aventuras radicais, greves e paralisações ilegais, de qualquer politização ou partidarização nociva que, longe de resolver os nossos problemas, certamente os agravará". O texto ainda questiona as suspeitas levantadas pelo presidente sobre a urna eletrônica, ao lembrar que o País experimenta três décadas de "alternância de poder em eleições legítimas e frequentes".

Em entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, Marcello Brito, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio, criticou a política ambiental brasileira e disse que o País afasta consumidores no mercado internacional por não preservar o meio ambiente. "Eu me sinto envergonhado de ser cobrado por gente lá de fora de cumprir a nossa lei", afirmou. Seu colega da Associação das Indústrias de Óleos Vegetais, André Nassar, enfatizou ao jornal *Correio Braziliense*: "Nós queremos nos diferenciar de lideranças do agronegócio que estão apostando no conflito".

O radicalismo de Bolsonaro cobra preço elevado dos setores voltados para a exportação

No campo oposto, o presidente da Associação dos Produtores de Soja, Antonio Galvan, manifestou apoio às manifestações de 7 de setembro e defendeu uma greve de caminhoneiros em apoio a Bolsonaro. Foi prontamente desautorizado pela própria Aprosoja e por lideranças do segmento, como um dos maiores exportadores de soja do mundo, o ex-ministro da Agricultura Blairo Maggi. "É muito radicalismo para o meu gosto", disse.

As associações do Agronegócio (Abag), dos Produtores de Óleo de Palma (Abrapalma), dos Industriais de Óleos Vegetais (Abiove), das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo), CropLife Brasil e Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) congregam empresas que industrializam e exportam produtos agrícolas de maior valor agregado. Por isso, são mais sensíveis à péssima imagem do Brasil provocada pelo governo Bolsonaro, enquanto Galvan é o típico fazendeiro bolsonarista que só conhece sua plantação.

O professor titular da Unicamp e ex-vice presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Fernando Nogueira da Costa chama atenção para a diferença expressiva de 45 bilhões de dólares entre o volume de exportações de 252 bilhões de dólares registrado no ano até dia 20 passado e os 207 bilhões ingressados no País. "Isso é muito grave, pois prejudica os negócios dos próprios exportadores, que deixam os dólares no exterior com receio de um fechamento dos mercados ao Brasil", sustenta ele.

Costa, que também representou a Caixa na Diretoria-Executiva da Febraban entre 2003 e 2007, entende que a Federação "assumiu, de maneira inédita e muito positiva, pois banco não pode ter gestão politizada, partidarizada, senão quebra. "O governo não tem apreço pela coisa pública, e qualquer pessoa de bom senso vê que atentados ao Estado de Direito prejudicam os negócios", completa. •

PRESTON KERES/USDA

Prejuízo. Numerosas entidades ligadas ao agronegócio estão fartas dos ataques do presidente à democracia, que só pioram a imagem do Brasil no exterior

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Lula e a regulação da mídia

▶ O poder que edita as próprias leis repele qualquer controle

A declaração de Lula a respeito da regulação da mídia despertou muxoxos e resmungos de articulistas conhecidos e reconhecidos. Também não faltaram editoriais clamando respeito pela liberdade de imprensa, editoriais temerosos de incursões autoritárias desferidas por um governo chefiado por Luiz Inácio.

Há tempos, nas páginas de nossa brava e sobrevivente *CartaCapital*, recuperei as ideias centrais do relatório final da Comissão sobre a Liberdade de Imprensa nomeada pelo Congresso dos Estados Unidos no imediato pós-Guerra. Concluído em 1947, o relatório advertia: existe uma razão inversamente proporcional entre a vasta influência da imprensa na atualidade e o tamanho do grupo que pode utilizá-la para expressar suas opiniões. Enquanto a importância da imprensa para o povo aumentou enormemente com seu desenvolvimento como meio de comunicação de massa, "diminuiu em grande escala a proporção de pessoas que podem expressar suas opiniões e ideias através da imprensa".

O relatório procurou apontar "o que a sociedade tem direito de exigir de sua imprensa". Definiu duas regras essenciais para o legítimo exercício da liberdade de informação e de opinião: **1.** "Todos os pontos de vista importantes e todos os interesses da sociedade devem estar representados nos organismos de comunicação de massa". **2.** "É necessário que a imprensa dê uma ideia dos grupos que constituem a sociedade. Dizer a verdade a respeito de qualquer grupo social – sem excluir suas debilidades e vícios – inclui também reconhecer os seus valores, suas aspirações, seu caráter humano".

As recomendações exaradas no relatório da Comissão sobre a Liberdade de Imprensa refletem o espírito do tempo nos Estados Unidos e na Europa Ocidental: a aposta no aperfeiçoamento dos processos de controle democrático sobre o Estado e, também, sobre o poder privado. O trauma das duas guerras mundiais e da Grande Depressão saturou o ambiente intelectual dos anos 40 do século XX do sentimento de rejeição ao mercado despótico e ao totalitarismo político. O sociólogo Karl Mannheim, pensador representativo de sua época, escreveu, em 1950, no livro *Liberdade, Poder e Planejamento Democrático*: "... não devemos restringir o nosso conceito de poder ao poder político. Trataremos do poder econômico e administrativo, assim como do poder de persuasão que se manifesta através da religião, da educação e dos meios de comunicação de massa, tais como a imprensa, o cinema e a radiodifusão". Para Mannheim, devemos temer menos os governos, que podemos controlar e substituir, e muito mais os poderes privados que exercem sua influência no "interior" das sociedades capitalistas.

Na aurora do século XXI, as forças democráticas sobreviventes, os que ainda conseguem respirar no "admirável mundo novo" construído pelo capitalismo da finança e das *fake news* mal conseguem defender o que restou dos direitos sociais e econômicos obtidos pelos subalternos no imediato pós-Guerra.

O relatório de 1947 não advoga a neutralidade impossível, mas reconhece a disparidade de situações sociais e defende a diversidade de visões do mundo. Paul Virilio, importante pensador francês, ao analisar as transformações do papel dos meios de comunicação na moderna sociedade capitalista de massa, chegou a uma conclusão tão óbvia para os cidadãos de boa-fé quanto negada pelos senhores do aparato midiático.

A mídia, diz ele, é o único poder que tem a prerrogativa de editar as próprias leis, ao mesmo tempo que sustenta a pretensão de não se submeter a nenhuma outra. Mas a liberdade de expressão não se esgota na liberdade de imprensa. A liberdade de imprensa só se justifica enquanto realização da liberdade de expressão dos cidadãos livres e iguais, os legítimos titulares do sagrado e inviolável direito à opinião livre e desimpedida.

Essa reivindicação da cidadania se torna mais importante na medida em que os meios de divulgação e de formação de opinião têm se concentrado, de forma brutal, no mundo inteiro, nas mãos de grandes impérios capitalistas. A peculiaridade da mercadoria colocada à venda juntou o objetivo natural e legítimo de ganhar dinheiro ao desejo de ampliar a influência e o poder sobre a sociedade e sobre a política. A acumulação monetária implica necessariamente a acumulação de poder e de influência. Ao brandir a superioridade da liberdade de opinião e de informação *pro domo sua*, os senhores da mídia recusam-se a submeter ao livre debate as transformações ocorridas ao longo dos séculos XIX e XX na chamada esfera pública. Quando sua legitimidade é questionada, imediatamente gritam: Censura! E assim sufocam qualquer crítica ao seu desempenho como provedores de informação e amordaçam os reclamos de maior diversidade. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Passos no escuro

ELETRICIDADE Lento e sem planejamento, o governo Bolsonaro agrava uma crise energética escancarada há meses

POR CARLOS DRUMMOND

Sem nenhum planejamento para enfrentar a grave crise hídrica, o governo toma medidas e faz apelos para a economia de energia a reboque dos fatos, em improvisos que só aumentam as preocupações quanto aos desdobramentos do problema, há meses conhecido e que agora aponta para a possibilidade concreta de apagões em outubro e novembro, segundo especialistas. Na terça-feira 31, o ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse na tevê que, para afastar o risco de falta de energia nos horários de maior consumo, a administração pública e os consumidores deverão participar de um "esforço inadiável" na economia de energia.

Albuquerque não falou em racionamento e assim jogou toda a responsabilidade nas costas dos consumidores. "Apague um ponto de luz agora", pediu dias antes Bolsonaro, na sua *live* semanal, para evitar que algumas hidrelétricas deixem de funcionar. "Qual é o problema? Se não aprofundar o racionamento já, corre o risco de, em outubro e novembro, o corte ser maior. Como historicamente os governos não querem explicitar a palavra racionamento, embora ele esteja acontecendo, via choque de preços e negociação incentivada, corremos o risco de, ao não fazê-lo imediatamente, termos uma situação grave até que as chuvas voltem", diz Ildo Sauer, do Instituto de Energia e Ambiente da USP e professor da universidade. O medo de Bolsonaro diante da hipótese de racionamento por certo tem a ver com o peso que o apagão de 2001 teve na derrota de FHC.

Vacilante e lento contra a crise, o governo mostra-se determinado e ágil, entretanto, na decretação de aumentos sucessivos do preço da eletricidade. Na mesma terça-feira, a Agência Nacional de Energia Elétrica anunciou a nova bandeira tarifária de "escassez hídrica", de 14,20 reais por 100 kWh, que, segundo economistas, elevará a inflação para 7% a 8%. A medida intensifica a escalada que fez a tarifa adicional bandeira vermelha de nível 2, que incide inclusive sobre a tarifa social, subir exorbitantes 344,15% de maio a setembro, com enorme sobrecarga para os orçamentos das famílias mais pobres, chama atenção Clarice Ferraz, diretora do Instituto Ilumina e professora da Escola de Química da UFRJ.

A bandeira vermelha de patamar 2 subiu 344,15% entre maio e setembro deste ano

Seca. Um trecho da hidrovia Tietê-Paraná parou em 27 de agosto devido à altura insuficiente do rio

A tarifa social é uma redução da conta de energia elétrica em até 65% para famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único do governo federal. Sem contar os reajustes mais recentes, o preço da energia elétrica subiu 20,86% nos últimos 12 meses, diante de uma elevação de 9,30% do IPCA-15 no mesmo período, segundo o IBGE.

Os efeitos da redução incentivada são incertos e duvidosos por vários motivos. O incentivo para o consumidor individual é um desconto de 50 reais a cada 100 kWh economizados, mas, como pondera Nivalde Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Instituto de Economia da UFRJ sobre o setor elétrico, para quem mantém um consumo alto, esse abatimento é pequeno e os mais pobres não têm muito espaço para economizar. No incentivo para empresas, elas abrem mão de parte da energia que costumam consumir se com isso ganharem do governo mais do que conseguiriam se produzissem, mas não se sabe qual será o grau de adesão à proposta.

Um aspecto da política de redução incentivada é que a conta final vai para o consumidor, observa Maurício Tolmasquim, professor titular da COPPE/UFRJ e ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética. "O problema é que ambos os programas, apesar de irem no sentido realmente de reduzir a demanda, o que é bom, eles vão ter impactos na tarifa, porque quem vai pagar por essa energia economizada pela indústria, ou o prêmio ou bônus que seria dado aos consumidores residenciais e comerciais que reduzissem a demanda, é o conjunto de consumidores, então vai sair da própria tarifa, isto é, se aumentará a tarifa total para poder fazer uma transferência para aqueles que conseguirem reduzir", chama atenção Tolmasquim.

Outra medida do governo é um decreto com regras para o consumo de energia nos ministérios em Brasília. "Esse tipo de atitude em geral é uma espécie de exemplo, mas a medida sai no momento em que muitos funcionários estão ainda fazendo trabalho remoto, como prevenção da pandemia que se agrava com a variante Delta", destaca Pedro Pontual, presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, entidade que representa os gestores da União.

O governo agiu tarde em todas as frentes e agora a situação é alarmante. "O racionamento não é uma coisa boa, todo governo foge dele com razão. As ter-

DNIT E ISTOCKPHOTO

melétricas poderiam ter sido operadas mais intensamente desde mais cedo, mas não foram e deixaram os reservatórios das hidrelétricas esvaziarem. Uma campanha de racionalização, de redução da demanda, um alerta claro para a população, deveria ter sido feito", afirma Tolmasquim. "Mas isso acabou não acontecendo e nós chegamos a uma situação alarmante, bastante complicada."

O Operador Nacional do Sistema fez uma projeção de que há necessidade de aumentar a geração em 7,5%, para não ter risco de falta de energia em outubro. Caso não haja esse aumento de oferta, o nível dos reservatórios do Sudeste pode chegar em novembro a apenas 8% da capacidade total. "Isso significa que, eventualmente, algumas hidrelétricas não vão poder operar. Estamos chegando a uma situação-limite."

"O governo deveria apresentar à sociedade um plano para o enfrentamento da crise, mostrando que houve um estudo aprofundado de todos os pontos do problema e de que ele tem estratégias para trabalhar. Talvez exista e falta divulgar, mas precisamos entender, é necessário ficar mais transparente o que o governo está fazendo", sublinha Pontual.

> O governo deveria apresentar à sociedade um plano para conter a crise

A importância do uso múltiplo da água fica mais clara no momento em que a conjugação de retomada da atividade econômica e a elevação da temperatura com o fim do inverno agrava os efeitos da crise hídrica. A redução de volume de água impede a navegação nos rios, caso da Hidrovia Tietê-Paraná, paralisada na sexta-feira 27 no trecho intermodal entre Pederneiras, no interior de São Paulo, e o Porto de Santos. Segundo a Confederação Nacional de Agricultura, a seca elevou em 30% o custo da irrigação em diversos estados e, no Sul, espera-se uma perda de até 50% na produção do arroz e do feijão.

"Estamos nessa situação porque foram contratadas usinas em quantidade insuficiente e do tipo errado, muitas termelétricas e poucas eólicas e fotovoltaicas. Se tivessem contratado mais eólicas e fotovoltaicas, teríamos energia a preço menor e mais garantida", dispara Sauer. Desde 1995, diz, o sistema está instável e em crise permanente. "O modelo foi feito no governo FHC e reformado no governo do PT para atender ao *lobby* e às pressões dos grupos de interesse. Essa é a origem do problema."

Sauer ilustra o diagnóstico com o exemplo das usinas hidráulicas, que funcionam bem no período de abundância, mas na época de hidrologia ruim falham, porque os dados que representam as usinas e sua capacidade de produzir energia estão superestimados. O problema sempre reaparece, a seu ver, porque o governo insiste em não mudar o modelo.

"A representação das usinas existentes tem uma estimativa de produção de energia superior àquela que de fato consegue entregar, especialmente no período crítico, e o programa de operação do sistema, chamado de New Wave, onda nova, na verdade já é Old Wave, onda velha, pois tem parâmetros que orientam a operação com muito mais riscos do que o aceitável. Ele busca o equilíbrio para evitar o risco de queimar combustível agora e no futuro jogar água fora, tenta esvaziar os reservatórios e, no período crítico, isso é fatal", destaca Sauer.

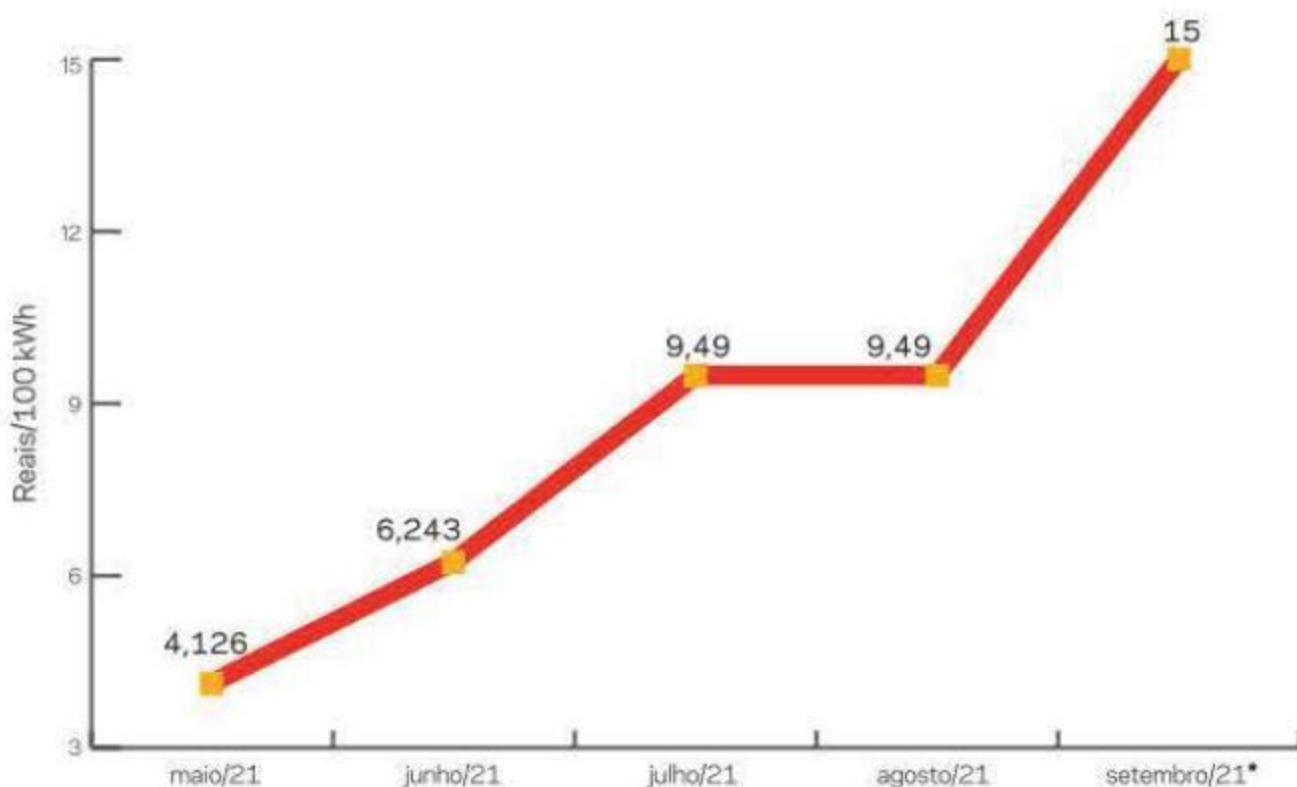
O modelo de contratação, precificação e operação do sistema elétrico brasileiro tem de ser revisto, diz, pois a população paga a conta a cada oito ou dez anos, como nesta crise. As dificuldades, ao que tudo indica, tendem a aumentar nos próximos meses quanto ao suprimento de energia elétrica.

ISSO É SÓ O COMEÇO

Evolução da bandeira tarifária vermelha de patamar 2 em cinco meses

Fonte: ANEEL

*Estimativa

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

Adeus à reeleição?

▶ O esperado nunca acontece, só o inesperado, sempre

Volto a me aventurar pelo campo das previsões. As dificuldades são notórias. Há um ditado, célebre em Wall Street: *If you have to forecast, do it often* (Se você tem de fazer previsões, faça-as com frequência). Em política, as previsões são ainda mais temerárias. Por que fazê-las então? Não é difícil de entender. As decisões de hoje dependem criticamente da visão que se tem do futuro, por mais turva, por mais incerta. Todos tentam, com maior ou menor critério e sucesso.

Vamos lá então. É impressionante, leitor, como mudou o quadro prospectivo brasileiro em apenas dois ou três meses. Tanto para a economia como para a política, com a modificação das perspectivas políticas refletindo em parte a deterioração do horizonte econômico para o que resta de 2021 e para 2022.

A economia continua se recuperando, é verdade. O nível da atividade vem aumentando, com efeitos positivos sobre a arrecadação tributária. Um crescimento do PIB da ordem de 5% parece factível em 2021, embora se deva ressaltar que a estatística interanual inclui um *carry-over* expressivo, como comentei em artigos anteriores. Na margem, isto é, quarto trimestre de 2021 contra quarto trimestre de 2020, a taxa de crescimento será consideravelmente menor.

Como seria de esperar, o ritmo de expansão econômica em curso não é suficiente para melhorar de forma expressiva o mercado de trabalho. O total de desempregados ficou em 14,4 milhões no segundo trimestre, segundo o IBGE. A taxa de desocupação (desemprego aberto) foi de 14,1%, acusando alguma diminuição em relação ao recorde do primeiro trimestre. O nível de emprego está subindo, mas o efeito sobre a taxa de desemprego é neutralizado em parte pelo aumento da taxa de participação (definida como a relação entre população ativa – empregada ou desempregada em busca de trabalho – e a população em idade de trabalhar). O aumento da taxa de participação deve-se, por sua vez, ao arrefecimento da pandemia e, também, à recuperação da economia, que aumenta as chances de que a busca de emprego possa ser bem-sucedida.

Por outro lado, muitos dos que têm emprego estão no setor informal (40,6%). A subocupação – o desemprego por insuficiência de horas trabalhadas – alcançou o recorde de 7,5 milhões de pessoas. Os desempregados por desalento, aqueles que abandonaram a busca de emprego, chegaram a 5,6 milhões. Consideradas as três formas de desemprego – aberto, por insuficiência de horas trabalhadas e por desalento – o total de desempregados ou subempregados alcança nada menos que 27,5 milhões no segundo trimestre.

O que vem acontecendo em termos de atividade econômica e mercado de trabalho está dentro do esperado. Houve, porém, surpresas muito negativas em outras áreas. Refiro-me à inflação mais alta e persistente e à crise hídrica e energética. A primeira é causada, em parte, pelos aumentos de preços da energia elétrica decorrentes da estiagem e do esvaziamento dos reservatórios. É verdade que a inflação e a questão energética estavam presentes como preocupações há alguns meses. Mas o governo e os agentes privados foram pegos de surpresa pelo agravamento desses problemas.

O Banco Central corre atrás do prejuízo e procura recuperar o controle sobre a inflação, intensificando o aperto monetário e elevando mais rapidamente a taxa básica de juros. Isso deve arrefecer a taxa de inflação com alguma defasagem, mas ao preço de derrubar a taxa de crescimento do PIB para menos de 2% em 2021.

Por esses motivos e outros, inclusive internacionais, esvaiu-se a expectativa de que a economia poderia se constituir em trunfo importante para Bolsonaro na busca da reeleição. O que parecia plausível e até provável para alguns – a recuperação do governo graças ao fator econômico e ao avanço da vacinação – ficou bem mais distante. Tanto mais que o governo dá demonstrações seguidas de inépcia e fraqueza na condução da política econômica e das suas pautas no Congresso. Os tumultos em torno da reforma do Imposto de Renda ou da questão dos precatórios, por exemplo, consolidaram a percepção de que o governo perdeu o rumo. Cada vez mais isolado, Bolsonaro pode até nem chegar ao fim do seu mandato. Caso consiga, o mais provável é que chegue na eleição desgastado e desmoralizado. É o que se pode esperar com base nas informações que temos.

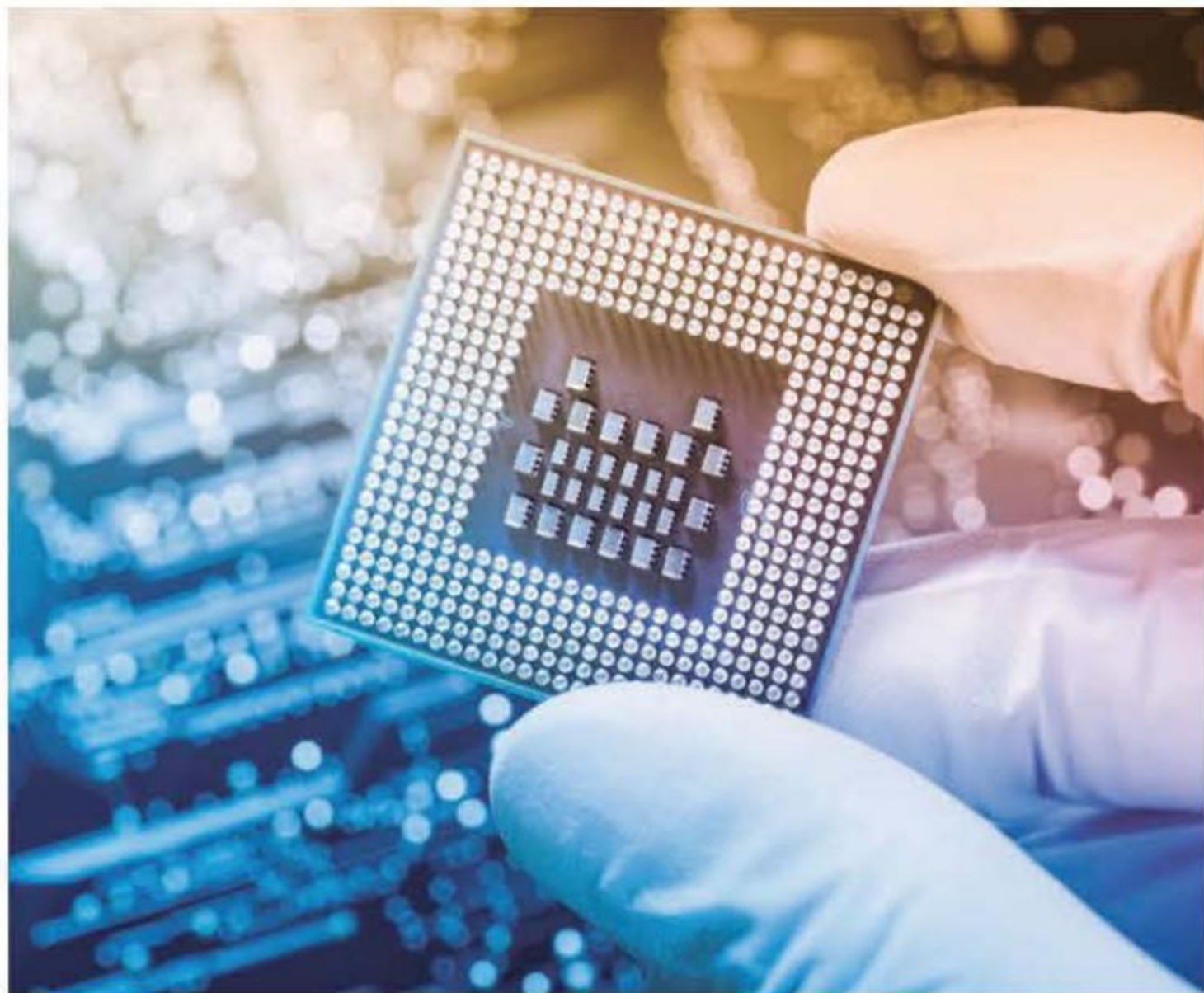
De toda maneira, vale lembrar a advertência de Keynes: "*The expected never happens; it is the unexpected always!*" (O esperado nunca acontece; é o inesperado, sempre!"). •

paulonbjr@hotmail.com

BAPTISTÃO

> O PLANO BIDEN PRODUZ RESULTADOS E ESTÁ FAZENDO O PAÍS AVANÇAR

JOE BIDEN,
sobre seus 200 dias na Presidência dos EUA

A falta que um *chip* faz

▶ A escassez do componente afeta várias indústrias

A escassez mundial de *chips* semicondutores deve perdurar por mais tempo do que se esperava. A japonesa Rohm não vê alívio até o fim deste ano. Foi secundada pela Infineon, enquanto a maior fabricante do mundo, a Taiwan Semiconductor, anunciou o aumento de preços de até 20%, dada a falta de componentes. A escassez global de *chips* afeta empresas como a Apple, um dos maiores clientes da Taiwan Semiconductor, e a maioria dos fabricantes de automóveis, entre eles Ford, General Motors, Honda e Toyota. O presidente da Rohm, Isao Matsumoto, afirmou que a fabricante enfrenta severa falta de materiais essenciais e gargalos em linhas de produção. Os prazos de entrega de semicondutores passam de 20 semanas, enquanto a variante delta da Covid-19 complica os esforços para normalizar as operações no Japão e no Sudeste Asiático. A falta de materiais e componentes, agravada por congestionamentos nos tráfegos ferroviários, marítimos e aéreos, forçou montadoras como Toyota e Volkswagen a frear ou suspender a produção nas últimas semanas. A japonesa Toyota informou que vai interromper temporariamente a produção em 14 fábricas.

SAM MDOOY/GETTY IMAGES/ASIAPAC/AFP, MANDEL NGAN/AFP E ISTOCKPHOTO

CRÉDITO CRESCE, INFLAÇÃO E JUROS PREOCUPAM

O crédito bancário cresceu 1,2% em julho sobre junho, levando o estoque para 4,3 trilhões de reais, ou 52,6% do PIB, relata o Banco Central. A taxa de expansão anual da carteira ficou estável, de 16,3% para 16,2%, patamar ainda bem alto. Para Nicolas Tingas, economista da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento, a tendência é positiva, mas no rumo da acomodação, por conta da inflação e da alta da Selic. "Isso, além dos custos das famílias com combustível e energia elétrica, resultará em problema muito sério de atrasos de pagamentos por muitas famílias", alerta.

De volta ao passado

O Banco Central decidiu restringir a mil reais o valor máximo de operações realizadas entre 20 e 6 horas da manhã por meio de PIX e TEDs de cartão de débito. A medida atinge pessoas físicas e MEIs – as empresas ficaram de fora – e visa dificultar os crimes que têm aumentado nos últimos meses com a facilidade do trânsito de dinheiro proporcionada pelo avanço da tecnologia. A providência, entretanto, não é novidade. Em 1998, quando assaltos na saída de caixas eletrônicos e sequestros relâmpagos (os mesmos que vêm acontecendo agora) eram comuns, os saques nos ATMs foram limitados a 100 reais.

COPERSUCAR

Fusão no etanol

A Vibra Energia, ex-BR Distribuidora, anunciou acordo com a Copersucar para formar uma *joint venture* comercializadora de etanol, a ECE. A Vibra ficará com 49,99% do capital social, por 4,99 milhões de reais, e a Copersucar, com 50,01%. As acionistas vão aportar 440 milhões de reais para iniciar a operação da ECE, que será "a maior comercializadora de etanol do Brasil e uma das maiores do mundo". Atualmente, a Vibra movimenta entre 6 bilhões e 6,5 bilhões de litros de etanol e a Copersucar comercializa entre 4,5 bilhões e 5 bilhões de litros do biocombustível.

Big Techs reguladas

O governo australiano estuda regular os serviços de pagamentos digitais das gigantes da tecnologia como Apple, Google e a chinesa WeChat Pay. Eles cresceram rapidamente nos últimos anos, sem estar enquadrados como sistemas de pagamentos, o que os coloca fora da alçada das autoridades financeiras australianas. "Em última análise, se não fizermos nada para reformar a estrutura atual, será o Vale do Silício sozinho que determinará o futuro do nosso sistema de pagamentos, uma peça crítica da nossa infraestrutura econômica", escreveu o secretário do Tesouro, Josh Frydenberg, no *Australian Financial Review*.

NÚMEROS

83%

das dívidas contraídas em julho foram por cartão de crédito, diz a CNC

29

milhões de reais em vendas de bebidas no primeiro semestre é um recorde do app Zé Delivery, da Ambev

1,9

milhão é o total de ataques fraudulentos no primeiro semestre, alta de 15,6% em relação ao mesmo período de 2020

Para que serve a ONU?

ANÁLISE O Afeganistão e o Haiti, cada um a seu modo, atestam a impotência dos organismos internacionais

POR CELSO AMORIM*

Reza a lenda que, indagado por um jornalista norte-americano sobre o valor da civilização ocidental, Mahatma Gandhi teria respondido: "Seria uma boa ideia". Autêntica ou não, a citação é incontornável. E nos leva a outra questão pertinente nos dias atuais, para a qual a frase do líder indiano se encaixa como luva. A quem perguntar "o que acha das 'Nações Unidas?', seria legítimo responder, como supostamente teria feito o líder da independência indiana: 'Seria uma boa ideia'".

Difícil ler os parágrafos preambulares da Carta de São Francisco sem notar a distância entre o que foi ali proposto e o mundo no qual vivemos. Ali se fala da preservação das gerações futuras do flagelo da guerra, da dignidade do ser humano, da igualdade entre homens e mulheres e entre nações grandes e pequenas. E não faltam referências à promoção do progresso social, à liberdade, à prática da paz e da tolerância. Tudo isso a ser obtido por meio da cooperação, sem uso da força – salvo casos muito excepcionais – e respeitando os princípios da não intervenção e da autodeterminação.

Se encararmos esse enunciado como um programa a ser cumprido, ele é elogiável e, com exceção à falta de preocupação com o meio ambiente, é impressionantemente atual. Até mesmo a igualdade entre os sexos, defendida por nossa compatriota Bertha Lutz e pouco praticada na época, estava ali. Mas é evidente que o programa ia muito além do que os Estados – verdadeiros atores no plano internacional – estavam dispostos a cumprir. Dois eventos recentes, ilustrados por amplo material gráfico capaz de chocar os mais insensíveis, atestam a persistência dessa situação.

Afeganistão e Haiti, cada um a seu modo, atestam a impotência do organismo internacional em enfrentar questões cruciais. Desastres naturais ou causados pela mão humana – ou ainda uma mistura das duas coisas – não são objeto de tratamento eficiente ou adequado pela comunidade internacional.

> São claras as insuficiências do atual quadro institucional que deveria reger o mundo

No caso do Afeganistão, o papel da ONU foi puramente acessório. Mal se ouve falar da Unama, missão criada pelo Conselho de Segurança, na esteira da intervenção militar norte-americana. Toda a operação, inclusive a fracassada intenção de "construção nacional" (*Nation Building*) foi comandada pelos Estados Unidos com o concurso de alguns dos sócios da Otan. Em princípio, Washington justificou os bombardeios com base no princípio da legítima defesa, em face do ataque terroristas de 11 de setembro. Mas logo descobriu o benefício estratégico de uma presença prolongada no Afeganistão, a meio caminho entre o Oriente Médio, inclusive o Irã, com o qual faz fronteira, e a Ásia Central e do Sul, chegando, no extremo Leste, a confrontar-se com a China.

Um pouco de conhecimento de história teria talvez poupado Washington – e, sobretudo, o povo afegão – de uma tragédia anunciada. O país nunca foi, a rigor, conquistado. Mesmo o domínio britânico, obtido com alto custo, na segunda metade do

pág. 50
Fraude. A derrocada da Theranos alerta sobre os excessos do Vale do Silício

Descompasso. No Afeganistão e no Haiti, as provas da insuficiência do quadro institucional que deveria reger o mundo

LOGAN ABASSI/ONU E SGT. MICHAEL J. MACLOAD/U.S. ARMY

século XIX, foi em realidade limitado à política externa e de defesa, para fazer frente ao império czarista, na disputa pelas rotas que conduziam à Índia, a "joia da coroa".

A análise dos vultosos recursos despendidos pelos Estados Unidos no Afeganistão demonstra que somente uma parcela muito reduzida foi efetivamente empregada em benefício da população, concentrando-se na área militar, inclusive nas empresas norte-americanas. A "Construção de Nação" é uma tarefa complexa, reveladora de uma verdadeira *hubris*. Se tivesse de ser empreendida, não poderia caber a uma potência estrangeira, na verdade interessada no valor estratégico-militar do território afegão. No caso do Afeganistão, não se pode sequer dizer que a ONU falhou, uma vez que sua presença foi marginal e instrumentalizada pela potência intervencionista.

No Haiti, assistimos a uma situação diferente. Sem entrar nos erros e acertos, a Missão de Estabilização da ONU (Minustah) foi uma presença multilateral importante, com influência real. Em um momento crucial da evolução política do país, o da primeira eleição após a queda (derrubada) de Jean-Bertrand Aristide, a orientação de nações como Brasil e Chile, além do próprio Conselho Eleitoral Haitiano de confirmar a vitória do presidente René Préval acabou prevalecendo sobre uma fracassada tentativa de impor um segundo turno, duvidoso e altamente impopular, favorecida pelos Estados Unidos. No Haiti, a principal falha da ONU foi não ter assumido de forma mais decisiva a tarefa de "construção da paz pós-conflito", limitando sua ação ao aspecto da segurança, deixando a cargo de cada país (e a um sem-número de ONGs) a iniciativa de projetos em favor da população.

O brutal terremoto de janeiro de 2010 agravou essa situação e trouxe outro forte complicador político: a presença dominadora da Fundação Clinton na reconstrução do país. Contrariamente ao que ocorrera em 2006, os Estados Unidos, diretamente e por meio da OEA, tiveram influência decisiva e, sob vários aspectos, duvidosa no encaminhamento na eleição no fim do ano, com reflexos negativos que se prolongam até hoje. Além disso, premida por considerações orçamentárias, a Minustah foi reduzida até se extinguir, antes que forças de segurança haitianas estivessem capacitadas a enfrentar os complexos problemas locais.

Em um caso como em outro, a Comunidade Internacional falhou e os elevados conceitos que constam da Carta de São Francisco não foram levados em conta. Em ambas as situações – seja por omissão, seja por marginalização deliberada – a ONU não pôde cumprir o seu papel de promotora da paz e do progresso.

É fácil, mas provavelmente inútil, debitar esses fracassos aos desígnios do imperialismo. Para aqueles que acreditam que a organização internacional, devidamente reformada, pode exercer um papel positivo na construção de uma nova ordem mais justa, pacífica e harmoniosa. Haiti e Afeganistão serão por muito tempo lembrados como símbolos trágicos das insuficiências do atual quadro institucional que deveria reger o mundo. •

**Foi chanceler nos governos Lula e ministro da Defesa no governo Dilma Rousseff.*

Patrulha suspensa

TheObserver Os Estados Unidos parecem ter desistido da função de polícia do mundo, para temor dos desamparados aliados

POR SIMON TISDALL

Talvez seja terrivelmente apropriado que uma invasão que começou 20 anos atrás como operação de contraterrorismo tenha terminado em um horrível ataque terrorista com grande número de mortos. A tentativa liderada pelos Estados Unidos de destruir a Al-Qaeda e resgatar o Afeganistão do Taleban foi solapada pela Guerra do Iraque, que produziu o Estado Islâmico. Hoje, o ciclo completa-se, enquanto uma filial do EI no Afeganistão surge como novo inimigo dos EUA.

A atrocidade no aeroporto de Cabul mostra como é difícil romper o ciclo de violência, vingança e vitimização. A ágil promessa de Joe Biden de caçar os terroristas e "fazê-los pagar" supostamente significa que forças de combate norte-americanas estarão novamente em ação no Afeganistão em breve. Se o passado servir de orientação, erros serão cometidos, civis morrerão, comunidades locais serão antagonizadas. Resultado: mais terroristas.

É uma clara ironia que os chefes militares dos EUA em Cabul colaborem com o Taleban, seu inimigo jurado, contra o inimigo comum EI conforme a evacuação termina. Isso sugere que negociadores, dos dois lados, poderiam ter se esforçado mais para alcançar um acordo de paz factível. Pode ser um bom prenúncio de futura cooperação, mas o Taleban tem muitas faces – e muitas não são confiáveis.

Os acontecimentos levantaram ainda mais perguntas sobre o julgamento e a competência de Biden. Ele será acusado pessoalmente. Sua dificuldade lembra a queda de outro presidente democrata, Jimmy Carter. Depois do fracasso desastroso da Operação Garra de Águia, para resgatar reféns norte-americanos em Teerã, em abril de 1980, Carter não foi reeleito em novembro do mesmo ano.

Biden enfrenta pedidos de renúncia dos republicanos. Seus índices de aprovação despencaram. Mas ele insiste desafiadoramente que deixar o Afeganistão é a coisa certa a fazer. Pesquisas sugerem que a maioria dos eleitores concorda, embora critiquem como a saída foi administrada. Diferentemente da época de Carter, a próxima eleição presidencial será só daqui a três anos. Então, a agonia e as humilhações dos últimos dias talvez sejam uma lembrança distante.

A debacle de Cabul projeta dúvidas sobre a nova estratégia contraterrorista de Biden, que supostamente rebaixa o risco representado pelo terrorismo islâmico para os Estados Unidos. Sua equipe de segurança nacional quer mudar as prioridades e os recursos globais para enfrentar diferentes desafios à hegemonia dos EUA no século XXI, como a China, a guerra cibernética e a crise climática.

> China, guerras cibernéticas e clima são as novas prioridades

Biden desejaria usar o 20º aniversário dos ataques da Al-Qaeda a Nova York e Washington, em 11 de setembro, para declarar o fim das "guerras para sempre" dos Estados Unidos, pelo que ele reivindicará o crédito. Ele deverá dizer que a era de invasão, ocupação, construção de nações e "guerra global ao terror" está no fim.

Essa abordagem revisada do contraterrorismo será menos ambiciosa – e mais útil para ele. O foco principal será nas ameaças diretas à "pátria", e não ao resto do mundo. Capacidades aperfeiçoadas "acima do horizonte" supostamente reduzirão a necessidade de mobilizações e bases permanentes no exterior. Os Estados Unidos, daqui em diante, atacarão as ameaças de longe. "A abordagem dos EUA deverá concentrar-se na obtenção de inteligência, treinamento de forças locais e manutenção do poder aéreo, assim como na capacidade de forças especiais para um ataque ocasional, quando necessário", afirmaram recentemente os analistas de política externa Bruce Riedel e Michael O'Hanlon.

Ninguém sabe se essa estratégia cara e de difícil organização funcionará a longo prazo. Mas a mudança tem consequências tangíveis. No Iraque, as operações de combate dos EUA cessarão em dezembro. Cerca de 2,5 mil norte-americanos ficarão para dar treinamento e assessoria. Na Síria, ficará um pequeno número de forças especiais. Os iraquianos se preocupam, compreensivelmente, com o retorno do EI e uma implosão no estilo afegão.

Biden lavou as mãos no conflito no

Lição macabra. A guerra de 20 anos contra o terror termina com um violento ataque terrorista

Iêmen, onde a Arábia Saudita travou uma guerra altamente destrutiva e ineficaz contra militantes *houthis* apoiados pelo Irã. Do outro lado do Golfo de Áden, na Somália, a decisão de Donald Trump de retirar as tropas se mantém. Uma série de ataques a bomba por terroristas da Al-Shabaab provocou ataques aéreos norte-americanos limitados, provável modelo para o futuro.

A mesma história de desengajamento e retirada se ouve em todo o Oriente Médio, enquanto os EUA se voltam para a Ásia. Aeronaves de combate têm sido reposicionadas, grupos de batalha de transportes podem ser reenviados ao teatro do Pacífico e baterias antimísseis são retiradas do Iraque, do Kuwait, da Jordânia e da Arábia Saudita. A maioria desses ativos estava apontada para o Iraque, considerado um dos principais patrocinadores do terrorismo.

No Sahel, no Oeste da África, na República Democrática do Congo e em Moçambique, os EUA quase não participam da luta contra o Boko Haram e afiliados do EI e da Al-Qaeda. O Comando Americano na África está sediado em Stuttgart, na Alemanha. O presidente Muhammadu Buhari adverte que a Nigéria poderá sofrer um destino semelhante ao do Afeganistão sem uma "parceria abrangente" com os EUA. "Alguns sentem que o Ocidente está perdendo a vontade de lutar", disse.

Para os aliados, tudo isso aponta para uma nova era de autossuficiência forçada e maior incerteza. Enquanto os ataques de inspiração islâmica nos Estados Unidos foram raros desde o 11 de Setembro, na Europa muitas centenas morreram. Mas os esforços contraterroristas coletivos europeus muitas vezes carecem de uma frente militar. Uma exceção foi a mal apoiada Operação Barkhane no Mali, até sua suspensão neste ano, depois de sofrer muitas baixas com pouco ganho.

O caos no Afeganistão dramatizou vividamente a atual ameaça do terrorismo internacional. Com até 10 mil combatentes islâmicos estrangeiros no país, segundo a ONU, aumentam os temores de que ele se torne novamente uma plataforma de lançamento da *jihad* global. Por isso, a perspectiva de uma abordagem de contraterrorismo norte-americana focada no país e menos diretamente engajada é alarmante para parceiros dependentes da liderança e proteção dos EUA.

Os aliados europeus da Otan estão em negação. Eles não querem admitir que a retirada do Afeganistão é apenas o início de algo maior. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Aposta. Holmes era chamada de "Steve Jobs de saia". E assim enganou muita gente

Sangue-frio

TheObserver Começa o julgamento da executiva Elizabeth Holmes, notória golpista do Vale do Silício

POR KARI PAUL

A ascensão e a queda da *startup* de exames de sangue Theranos viraram o mundo tecnológico de ponta-cabeça e chamaram a atenção de milhões de indivíduos além do Vale do Silício, inspirando diversos livros, documentários e uma série de televisão.

A Theranos decidiu revolucionar o mundo dos exames médicos, alcançando um valor de mercado de 10 bilhões de dólares antes que se descobrisse que as capacidades de sua tecnologia central eram basicamente inventadas. Agora, sua fundadora e ex-CEO Elizabeth Holmes vai enfrentar dificuldades.

Holmes, de 37 anos, será julgada em um tribunal da Califórnia, acusada de fraudar pacientes e investidores da Theranos. Ela poderá passar até 20 anos na prisão, e se declarou inocente.

"Este é um caso exemplar", disse Jason Mehta, advogado da Flórida com grande experiência em casos federais de fraude na indústria de saúde. "Ela tem tecnologia emergente e a típica arrogância de *marketing* de uma *startup*, tudo na mira do sistema de justiça criminal federal."

A executiva abandonou os estudos na Universidade Stanford em 2003, aos 19 anos, e pediu patente para uma tecnologia que poderia realizar variados testes, a partir de pequena quantidade de sangue, como a de uma picada no dedo. Supostamente inspirada pelo medo de agulhas, a jovem fundadora afirmou que queria revolucionar a indústria médica e eliminar a necessidade de grandes amostras de sangue para se fazerem diagnósticos.

Holmes começou a promover a tecnologia publicamente por volta de 2013 e logo se tornou uma queridinha da mídia, aparecendo na capa de revistas como *Forbes* e *Fortune*. A companhia atraiu para seu conselho grandes nomes, a exemplo do ex-secretário de Defesa dos EUA James Mattis e os ex-secretários de Estado George Shultz e Henri Kissinger, aumentando a publicidade e dando à empresa um ar de legitimidade. Ela tornou-se a mais jovem mulher bilionária *self-made* em 2015 e, na época, foi comparada ao cofundador da Apple Steve Jobs, que ela idolatrava e tentou copiar com seu uniforme de golas rulê pretas.

"Lá estava a jovem fotogênica, posando como um Steve Jobs feminino", lembrou Margaret O'Mara, historiadora do Vale do Silício que é professora na Universidade de Washington. "Era uma história incrivelmente atraente, em que todos queriam acreditar."

O estratagema começou a desmoronar em 2015, quando uma série de artigos no *Wall Street Journal* revelaram que a maioria dos testes que a Theranos afirmava realizar com suas máquinas proprietárias Edison eram na verdade realizados em outro lugar. Enquanto isso, os testes conduzidos nas máquinas Edison tinham resultados inconsistentes e muitas vezes imprecisos. Depois do escrutínio de órgãos reguladores, a Theranos começou a retirar seus testes, fez *recall* das máquinas e entrou em colapso. Holmes deixou o cargo de CEO em junho de 2018 e a empresa dissolveu-se em setembro do mesmo ano.

A Theranos e Holmes fizeram um acordo com a Comissão de Valores Mobiliários (SEC, *na sigla em inglês*) depois que a agência a acusou de "fraude elaborada, durante vários anos". Ela pagou multa de 500 mil dólares e não precisou admitir ou negar as acusações. Mas a executiva e seu ex-sócio na empresa Ramesh "Sunny" Balwani, com quem ela teve um envolvimento amoroso, também enfrentaram acusações criminais apresentadas pelos Estados Unidos. Holmes e Balwani foram acusados de fraudar investidores e pacientes, fazendo falsas alegações sobre a eficácia da tecnologia de exames de sangue da companhia entre 2010 e 2015. "Apesar de afirmar para médicos e pacientes que a Theranos podia fornecer exames de sangue e resultados precisos, rápidos, confiáveis e baratos, Holmes e Balwani sabiam que a tecnologia da companhia, na verdade, não era capaz de produzir de forma consistente resultados precisos e confiáveis de certos exames de sangue", diz a acusação.

Holmes deveria inicialmente enfrentar um júri em março de 2021, mas o julgamento foi adiado. Primeiro, por causa da pandemia e, depois, porque ela ia ter um bebê. (Ela teve o primeiro filho com seu parceiro, o herdeiro de hotéis Billy Evans, em 5 de agosto.) O julgamento, que deve transcorrer em San Jose, a 32 quilômetros de onde ficava a sede reluzente da Theranos, em Palo Alto, começou em 31 de agosto.

Observadores reúnem-se para os fogos de artifício. Segundo documentos legais, as testemunhas potenciais poderão incluir investidores importantes, como Henry Kissinger e Jim Mattis, ex-integrantes do conselho da Theranos, o presidente da Fox Corp., Rupert Murdoch, e Riley Bechtel, ex-presidente da Bechtel Corp.

Os jurados poderão ouvir médicos que aplicaram os testes e pacientes enganados pelos resultados. Entre estes está uma mulher cujos testes indicaram erroneamente um aborto espontâneo, apesar de sua gravidez saudável, um homem que teve diagnóstico errado de câncer de próstata e dois outros que receberam resultados falso positivos de HIV.

> A Theranos prometia revolucionar os exames clínicos, mas produziu uma gigantesca fraude

O governo precisa provar a intenção dos acusados, um encargo difícil, segundo Barbara McQuade, ex-promotora e professora de Direito na Universidade de Michigan. Os advogados de Holmes poderão tentar confundir o júri ou projetar dúvidas sobre sua intenção de cometer fraude. McQuade disse que criar confusão pode ser "tática útil" em acareações, para tentar enganar as testemunhas e atacar os argumentos do governo. "Se o júri não conseguir entender o caso, não poderá dar um veredicto de culpada, porque é do governo o ônus de provar os elementos de cada infração, sem dúvida razoável", disse. Balwani, de 56 anos, será julgado em fevereiro de 2022.

Holmes, provavelmente, prestará depoimento, segundo documentos legais. Em geral, os advogados de defesa aconselham a seus clientes não fazerem isso, mas este é um caso atípico. O jornalista John Carreyrou, autor das primeiras reportagens sobre as fraudes da Theranos, acha provável que ela vá "contra a corrente" e deponha. "Holmes tem tolerância extraordinária a riscos, porque, para fazer o que ela fez, apresentar um equipamento de exame de sangue que não funciona, é preciso coragem", disse. "E agora, quando a maioria dos acusados teria confessado e feito um acordo, ela preferiu levar o caso a julgamento. Ela joga os dados." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

YICHUAN CAO/NURPHOTO/AFP

Sobre os interventores externos

▶ As verdadeiras intenções são sempre dissimuladas. E eles só perseguem os próprios interesses

A maior tragédia dos afegãos tem sido a sucessão de interventores externos ao longo dos tempos. Para não recuar muito mais, a República Democrática do Afeganistão governou o país entre 1978 e 1992, quase sempre sob a liderança do partido comunista. Este governo teve de enfrentar a guerrilha dos *mujahidin*, apoiados pelos EUA, Paquistão, Irã, Arábia Saudita, China e Inglaterra. O incremento da guerrilha forçou a retirada dos russos em 1989 e um saldo de mortes de cidadãos locais semelhante ao da invasão e retirada dos EUA (entre 150 mil e 180 mil no primeiro caso, e cerca de 200 mil no segundo, ainda que, em ambos, os números pequem por defeito). Seja como for, morreram bem menos norte-americanos (perto de 5 mil) do que russos (cerca de 30 mil).

Não se pode comparar a reação externa às duas invasões. Basta recordar que os EUA impuseram sanções e embargos aos russos e até lideraram o boicote dos Jogos Olímpicos de Moscou em 1980. Nada disso ocorreu com a invasão norte-americana, que não só contou com forte consenso internacional, como teve a colaboração de aliados da Otan, da Austrália e da Nova Zelândia. Depois da vitória dos rebeldes, veio a guerra civil e, em 1992, o Taleban conquistou o poder, um grupo com o qual os EUA mantinham negociações ao longo dos anos e continuaram a ter depois de 2001. A parcela do Afeganistão acordada para ficar sob controle dos EUA foi a região de Cabul e o governo nacional aí sediado, mas com pouca penetração no país.

Ao menos desde o século XVI é sabido que os invasores dissimulam sempre suas verdadeiras intenções e só atuam em benefício próprio. A expansão marítima europeia do século XV em diante foi legitimada pela missão de propagar a fé cristã. Sob a égide da Igreja Católica, o mundo a achar foi dividido entre Portugal e Espanha. Foi a Igreja que legitimou a submissão dos índios, ao declarar em 1537 (na bula *Sublimis Deus*, do papa Paulo III) que os índios eram seres humanos com alma e, portanto, não só necessitados, mas capazes de ser evangelizados. Sem pôr em causa a boa-fé dos muitos milhares de missionários que participaram nessa missão de salvar os índios para o outro mundo, sabemos bem que o objetivo era bem mais mundano: a salvação neste mundo dos europeus por via da prosperidade econômica que adviria do acesso às riquezas naturais do chamado Novo Mundo, cuja exploração foi feita à custa de mão de obra indígena e, depois, escravizada.

Entre as populações invadidas há sempre grupos que, por terem sido vítimas de assassinatos, explorações e discriminações por parte dos anteriores detentores do poder, saúdam a chegada dos invasores e depositam neles alguma esperança. A República Democrática do Afeganistão, de inspiração socialista e comunista, propunha-se a uma política progressista, preocupada com a reforma agrária e os direitos das mulheres. A resistência interna por parte dos *mujahidin*, contrários a tais políticas, acabou por provocar a invasão soviética em 1979. Com a invasão e a permanência dos soviéticos (1979-1989), dois grupos em particular tiveram razões para se regozijar: os democratas e as mulheres feministas. Pode parecer surpreendente o regozijo dos democratas, mas a verdade é que, nas eleições realizadas em 1988, boicotadas pelos *mujahidin*, houve esperança de uma reconciliação democrática, tendo ficado 50 lugares vagos no Parlamento para serem ocupados pelos *mujahidin*, caso decidissem partilhar o poder. Com a saída dos soviéticos, os democratas e as feministas foram o alvo privilegiado da perseguição. O argumento foi sempre o de terem colaborado com a força estrangeira.

Com a invasão promovida pelos Estados Unidos em 2001, houve igualmente grupos que depositaram alguma esperança na operação. Os EUA eram vistos como a pátria da democracia, o país mais desenvolvido do mundo e onde os direitos das mulheres eram garantidos. Mesmo que qualquer uma dessas caracterizações seja hoje problemática, a verdade é que a crença nelas estava muito difundida nessa região do mundo. Os grupos que mais esperança depositaram foram os democratas, as feministas e todos os que queriam maior desenvolvimento. Com a saída dos EUA e de seus aliados, o ciclo repete-se e vamos assistir a mais uma onda de refugiados do Afeganistão. As feministas vão ser as mais visadas e devem ser protegidas pela comunidade internacional.

Cidadãos e cidadãs de um país nunca devem confiar nas boas intenções do interventor estrangeiro. Suas verdadeiras intenções são sempre dissimuladas. Os invasores nunca buscam o bem do povo intervencionado, mas, antes, vantagens próprias. Confiar nos estrangeiros para promover agenda interna justa vai fazer com que, uma vez o invasor expulso, essa agenda, por mais nobre, fique desacreditada pela contaminação estrangeira. A experiência recomenda defender agendas progressistas a partir das forças e da cultura nacionais, pois só elas garantirão a sustentabilidade das vitórias. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Vamos bem, obrigado

EXPOSIÇÕES Abraçados por empresários e colecionadores, o Masp e a Bienal se expandem mesmo na crise da cultura

POR ANA PAULA SOUSA

"O sonho do Ciccillo era fazer um museu, mas ele foi se dando conta de que a competição com Chateaubriand e Pietro Maria Bardi era muito dura e que seu museu acabaria sendo apenas mais um. A Bienal foi a forma que o Ciccillo encontrou para se destacar", conta, divertindo-se, Julio Landmann, presidente do Conselho da Fundação Bienal. Criada há 70 anos, a Bienal abre no sábado 4 sua 34ª edição, que se estenderá até dezembro.

Landmann, ao recordar a rivalidade entre Ciccillo Matarazzo (1898-1977), criador do Museu de Arte Moderna (MAM) e da Bienal de São Paulo, e Assis Chateaubriand (1892-1968), fundador do Museu de Arte de São Paulo (Masp), ata os laços que unem o maior evento de arte da América Latina e o museu que reúne o mais importante acervo de arte europeia no Hemisfério Sul.

O Masp foi criado em 1947 e a Bienal em 1951, por iniciativa de empresários que conseguiram mobilizar a elite financeira e cultural da cidade a favor de seus projetos. Ambas as instituições também quase sucumbiram juntas. Em 2010, quebrada, a Bienal não deixou de acontecer por um triz. Em 2013, o Masp acumulava dívida de 70 milhões de reais e não conseguia arcar nem com a folha de pagamento.

Há duas semanas, o Masp anunciou seu projeto de expansão. Será erguido até 2024 um prédio de 14 andares, no qual haverá desde reserva técnica e laboratório de restauro até uma área de eventos. A nova construção levará o nome de Pietro Maria Bardi, o homem por trás do acervo adquirido entre as décadas de 1940 e 1950 (*leia o texto de Mino Carta à pág. 68*). O prédio vermelho, suspenso no ar, receberá o nome de Lina Bo Bardi.

A 34ª Bienal, por sua vez, propôs-se a expandir sua presença para além do pavilhão construído por Oscar Niemeyer, no Parque do Ibirapuera. O evento estabeleceu uma parceria com cerca de outras 20 instituições da cidade e criou aquilo que o curador Jacopo Crivelli Visconti chama de rede. "Queremos demonstrar que quem trabalha com arte e cultura pode estar unido", diz.

> O modelo de gestão hoje implantado espelha a história das instituições

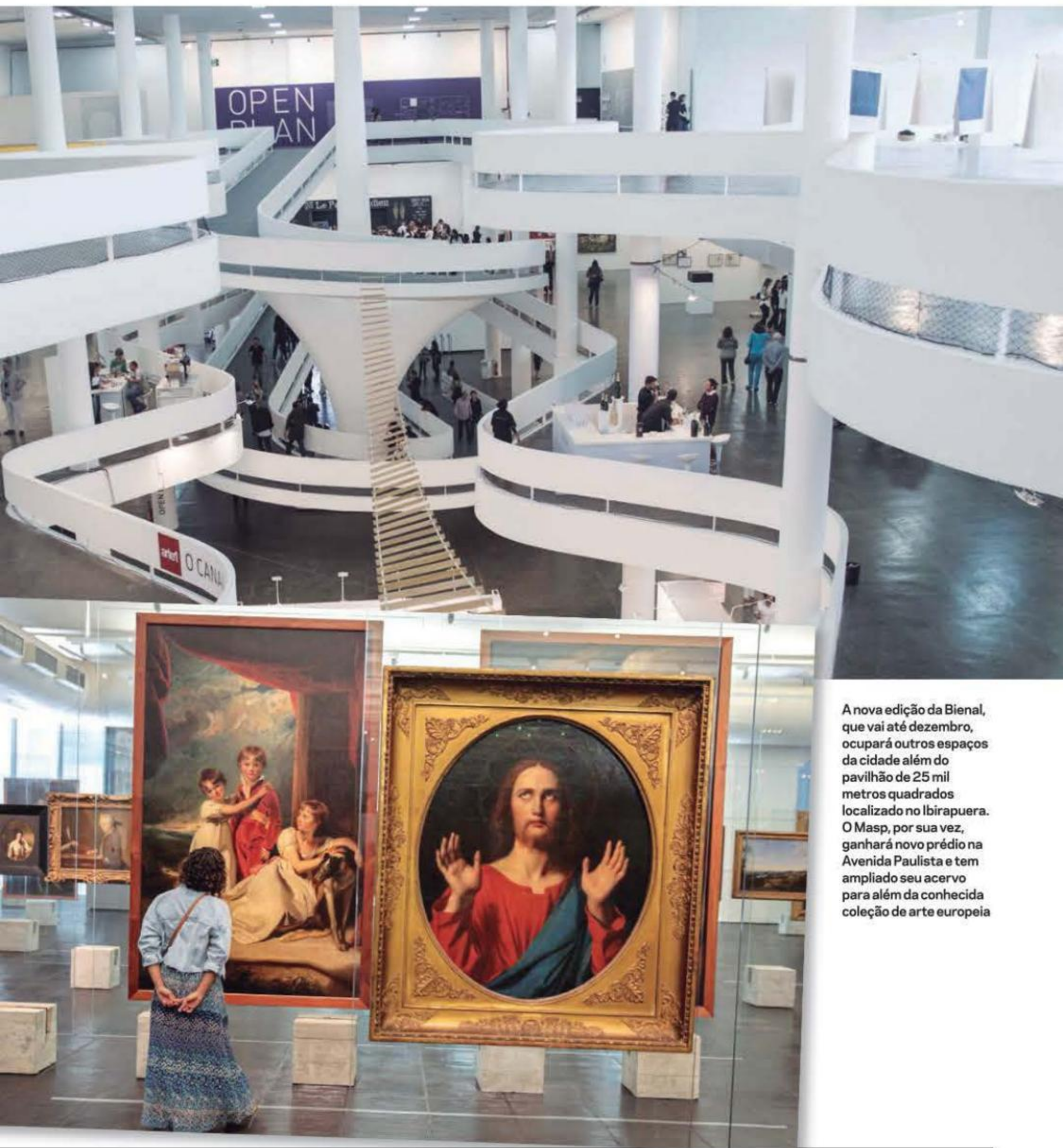
PÉTALA LOPES/SP-ARTE E SUAMY BEYDOUN/AGIF/AFP

Neste momento em que a cultura se vê atacada pelo governo federal e fragilizada pela pandemia, as demonstrações de força das duas instituições suscitam uma pergunta: o que as possibilitou terem se tornado, na última década, financeiramente saudáveis e artisticamente relevantes?

"Ambas conseguiram fazer a passagem de gestões centradas mais nas pessoas para estruturas colaborativas, a

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 60

Rede social.
Livro expõe a "feia verdade" do Facebook

A nova edição da Bienal, que vai até dezembro, ocupará outros espaços da cidade além do pavilhão de 25 mil metros quadrados localizado no Ibirapuera. O Masp, por sua vez, ganhará novo prédio na Avenida Paulista e tem ampliado seu acervo para além da conhecida coleção de arte europeia

Ciccillo Matarazzo, que fundou a Bienal em 1951; Heitor Martins, que assumiu a instituição quebrada, em 2009; e o banqueiro José Olympio da Veiga Pereira, o atual presidente da Fundação Bienal (*da esq. para a dir.*)

partir de governanças sólidas. Do ponto de vista artístico, elas nunca deixaram de ser relevantes, mas, a certa altura, precisaram estabelecer um novo pacto com a sociedade e fortalecer sua estrutura institucional", responde Eduardo Saron, diretor do Itaú Cultural, conselheiro do Masp e principal patrocinador da 34ª Bienal.

Saron lembra que, sete anos atrás, ao tomar pé da situação do Masp, Alfredo Setubal, diretor-presidente da Itaúsa, disse que via o museu como um gigante afundando numa poça d'água. Setubal, poucos anos antes, tinha sido chamado para ajudar a reerguer a Fundação Bienal.

Quem o procurou foi Heitor Martins, sócio sênior da McKinsey & Company, que, até então, tinha com a arte apenas uma relação de colecionador. Antes de topar presidir a instituição que ninguém queria assumir, Martins procurou duas pessoas: Setubal e Carlos Jereissati, à época detentor da Oi.

Começa nesse momento a ser tecida a rede de relações que hoje dá sustentação ao Masp e à Bienal. Martins é presidente do Masp; Setubal é vice-presidente do Conselho da Bienal e presidente do Conselho do Masp; Jereissati está em ambos os conselhos. Landmann, Geize Marchesi Diniz, Luis Terepins, Marisa Moreira Salles e Rodrigo Bresser-Pereira são alguns dos nomes que se cruzam nos dois conselhos.

"A Bienal sempre foi uma entidade privada, mantida por empresários e intelectuais que, há 60 anos, se sucedem no seu comando", diz José Olympio da Veiga Pereira, presidente do Credit Suisse e da Bienal. "Ambas as instituições têm origem na sociedade civil e dependiam de uma mobilização da sociedade civil para se reerguerem", avalia Martins.

Artífice desses processos, Martins esquiva-se da palavra liderança por, justamente, considerar vital que se tire da cultura o vício do personalismo. "A mudança só foi possível porque a sociedade acreditava na importância dessas duas instituições icônicas", diz.

A sociedade, nesse caso, é representada por uma nova geração da elite econômica, financeira e cultural – nela, muitos colecionadores – que sucedeu aos antigos mecenas. O diretor do Masp, Julio Neves, por exemplo, tinha pegado o bastão do próprio Bardi, que só deixou o museu poucos anos antes de morrer.

> "Busco reproduzir a visão do Chatô", afirma Heitor Martins, sócio da McKinsey

Ciccillo também se manteve à frente da Bienal até o fim da vida e deixou estabelecido quem seriam os três presidentes que o sucederiam. O primeiro deles foi Oscar Landmann, pai de Julio. Landmann recupera uma simbólica discussão entre seu pai e Ciccillo. "Eles falavam sobre alguma decisão relativa à Bienal e meu pai, lá pelas tantas, argumentou que havia um Conselho, que precisava ser respeitado. O Cicillo pegou a bengala, bateu sobre a mesa e disse: 'É este o Conselho!'", rememora, novamente, rindo.

Heitor Martins diz que uma das lições que aprendeu ao se aproximar da cultura é a de que é preciso que as pessoas tenham a sabedoria de, em determinado momento, sair das instituições. A outra diz respeito à humildade de não querer palpitar em tudo e, em especial, nos aspectos artísticos. Chateaubriand é, nesse sentido, um exemplo que ele procura seguir.

"É incrível não só a capacidade de o

BARDI SOUBE ESCOLHER OBRAS NOTÁVEIS

Atrevo-me a dizer: o Masp é mais importante que o próprio Brasil

POR MINO CARTA

Conheci Pietro Maria Bardi e Lina Bo Bardi na noite de Natal de 1946, em São Paulo, na casa de um amigo do meu pai Giannino, e lembro apenas do cardápio, estava muito bom. O casal Bardi vinha da Argentina, onde ele havia organizado uma exposição e naquele momento se preparava para um encontro com Assis Chateaubriand, que pretendia criar um museu de arte. Deu-se o encontro dias após, Bardi aceitou a proposta e logo, com a mulher, extraordinária arquiteta, mudou-se para cá. O museu nasceu em salas da Rua 7 de Abril, anexas à redação do *Diário de São Paulo* e, desde então, cogitou-se sua construção na Avenida Paulista, no espaço do belvedere projetado pelo prefeito Prestes Maia ainda antes da Segunda Guerra Mundial, em frente ao Parque Siqueira Campos.

Longos anos depois, por sobre o belvedere atirou-se num acrobático vão livre a estrutura do museu de arte, criado por Lina Bo, ponto inevitável de roteiros paulistanos e obra-prima da parceria Bardi/Chatô. Me atrevo a dizer que o Masp é mais importante do que o próprio Brasil, e de valor inestimável. Bardi era um conhecedor profundo da arte de todos os tempos e sabia onde encontrar obras notáveis ainda a um preço acessível naquele tempo de pós-Guerra. A seu modo, o museu perfeito, passível de ser percorrido didaticamente para tropeçar em obras de Manet, Van Gogh, Monet, Goya, Chardin, Renoir, Rembrandt, Picasso, Toulouse-Lautrec, Modigliani, sem contar uma coleção de bailarinas de Degas e um Rafael que esteve no centro de uma polêmica, finalmente resolvida por Bardi com as provas irrefutáveis da autenticidade da obra.

A presença do vulcânico diretor do Masp nem sempre foi de fácil digestão para paulistanos ilustres. Bardi foi acusado de ter lucrado com negociações escusas na aquisição dos quadros e de ter sido militante fascista. Um passado de simpatia por Mussolini Bardi não negava, mas é certo que tudo se desfez quando o *Duce* assinou as leis raciais, a seguir, velhaca e oportunisticamente, o exemplo de Hitler. De verdade, a participação italiana no Holocausto foi menos vistosa daquela de outros países, por exemplo, a França de Pétain, da qual foram remetidos para os campos nazistas 200 mil judeus, enquanto os italianos foram 8 mil.

Não há perdão para certos pecados, mas Bardi soube afastar-se de Mussolini em um momento bem escolhido. No mais, suas ações na montagem do Masp, que dirigiu quase até a morte, sempre foram límpidas e bem documentadas. Além do mais, não havia de ser fácil enganar Chateaubriand, altamente habilitado a evitar qualquer manobra destinada a prejudicá-lo.

Com Bardi e com Lina mantive uma sólida amizade, sempre nutrida por longas conversas dias adentro, eventualmente protegida pela sentinela Eugênia, eterna secretária. Bardi gostava de deitar-se cedo, comia e bebia com extremo comedimento. Falávamos também de arte, mas, sobretudo, da natureza humana e da vocação deste ou daquele artista.

Recordo um dia em que me viu a sobraçar um livro de reproduções e obras de Lucian Freud e sentenciou com energia: "Esse aí é um pintor!" Ao cabo dessa evocação de uma bela personagem da minha vida, posso dizer que Bardi, definitivamente, não apreciava Bienais, não somente por causa de Ciccillo Matarazzo, mas por serem também, e frequentemente manifestações pretensiosas na intenção de abarcar o mundo e portadoras das futuras tendências artísticas, a partir de encenações discutíveis, como, por exemplo, as chamadas instalações, encaradas por ele como frustrado recurso de artistas fracassados.

Bardi com Lina, a arquiteta que criou o famoso vão livre

INSTITUTO BARDI, WANDA SVEVO/FUNDAÇÃO BIENAL SP, TV CULTURA E PEDRO TRANSFERETTI/FUNDAÇÃO BIENAL SP

O quadro de Maria Auxiliadora integra a mostra *Acervo Em Transformação: Doações Recentes*, em cartaz no Masp

Chateaubriand mobilizar a sociedade, mas sua humildade e inteligência em escolher o Bardi e deixá-lo trabalhar. Falo isso porque é comum o cara criar o museu e querer decidir que obras devem estar nele", diz Martins. "Busco reproduzir essa visão do Chatô."

Outro aspecto referenciado tanto por Olympio quanto por Martins é o de que o dinheiro só chega aos projetos quando existe, da parte da sociedade, um reconhecimento de sua importância. "Não é difícil encontrar quem queira colaborar com essas instituições", assegura o presidente da Bienal.

Martins, ao longo dos anos, consolidou o entendimento de que é comum que as instituições desejem começar o processo de estruturação pelo dinheiro. "Mas o dinheiro é resultado", prega. "As pessoas dão dinheiro quando reconhecem o papel da instituição para a cidade e para a sociedade."

Em seus primórdios, a Bienal e o Masp refletiram o momento do País, que se encaminhava para a industrialização e tinha, entre o empresariado, gente capaz de acreditar que a modernização só se completaria com a cultura. "Hoje, temos uma nova geração de empresários, mecenas ou colecionadores que, além de contribuir financeiramente, trouxe para a cultura modelos de gestão mais próximos aos das empresas", diz Saron. São também esses modelos que, segundo ele, blindam a arte contra intervenções indevidas – entre elas, a do colecionismo. "A autonomia dos projetos artísticos é fortalecida pelo modelo de governança." •

O REENCONTRO PELA ARTE

O TÍTULO *FAZ ESCURO MAS EU CANTO* RESUME O ESPÍRITO DA 34ª BIENAL

Não fosse a pandemia, a 34ª Bienal de São Paulo teria acontecido em 2020. O tema teria sido o mesmo, mas seu significado não. Pensada para expandir-se pela cidade, ocupando espaços que não o Ibirapuera, a Bienal acabou se transformando no símbolo das possibilidades de reencontro e de nutrição do espírito em meio às adversidades. O título do evento é, por si, um sopro: *Faz Escuro Mas Eu Canto*.

"Certamente, esta Bienal não é a mesma que se veria um ano atrás. Algumas obras se verão mais claras, outras mais opacas; algumas mensagens soarão como gritos, outras chegarão como ecos. Não precisamos entender tudo, nem nos entender todos; trata-se de falar nossa língua sabendo que há coisas que outros idiomas nomeiam e nós não sabemos expressar", escrevem os curadores.

Foi ainda o adiamento que levou a 34ª edição a coincidir com a efeméride de 70 anos, propiciando um exercício de diálogo também com o passado. Além de produções que espelham o pulso do mundo hoje, a mostra traz artistas que participaram de outras bienais, como as brasileiras Carmela Gross, que esteve na edição de 1969, conhecida como Bienal do Boicote, e Regina Silveira, pioneira na videoarte.

Giorgio Morandi, premiado na 2ª e na 4ª Bienal, será novamente apresentado nesta edição

ACERVO/MAC-USP E ACERVO/MASP

VILMA REIS

Os novos bandeirantes

▶ Herdeiros dos homenageados em estátuas, eles seguem pilhando os povos tradicionais e, agora, querem tomar todos os seus territórios

Os novos bandeirantes, herdeiros de Domingos Jorge Velho e de tantos outros homens brancos que adentraram o interior do Brasil desde o século XVI, caçando negros e indígenas, saqueando, matando e escravizando, querem todas as terras de quilombolas e povos indígenas, das comunidades da pesca artesanal e dos territórios urbanos negros e populares. Esses espaços seguem como expressão da resistência, muitas vezes sendo as únicas áreas com preservação ambiental ou os locais mais valorizados no campo e nas cidades, territórios os quais as elites econômicas entendem que os empobrecidos de lá não podem morar, viver e se desenvolver.

Aqueles que estão à margem do capital ou, como diria Zygmunt Bauman, os párias da sociedade capitalista, os que representam o "mal-estar da modernidade", devem viver longe, longe dos olhos da burguesia, longe de suas casas, longe do seu dinheiro, longe do poder político, longe do controle das instituições. Devem ser destituídos de tudo ou ter somente o suficiente para sobreviver e continuar sendo explorados para garantir a acumulação dos capitalistas.

Diante de absurdos como o "marco temporal", os barões do agronegócio, os grileiros e toda a sorte de "donos da terra" movem-se nos tribunais, nas Assembleias Legislativas, no Congresso Nacional e até mesmo no STF para tentar tomar as terras dos povos tradicionais. Da mesma forma, essa elite trama contra a vacina, ao tempo em que todos os seus vão para o exterior para se imunizar. Nas cidades buscam de todas as formas criminalizar as juventudes negras – periféricas, de terreiros, das artes, indígenas e ciganas. Dessa forma, os capitalistas vão destacando esses segmentos como criminosos, invasores, impondo o que Patrícia Hill Collins chama de "imagens de controle" contra todos os povos tradicionais.

Ao mesmo tempo, seguem golpeando as instituições e as empresas públicas, a exemplo do ataque deliberado à Fundação Cultural Palmares, hoje cercada pelos quadros mais violentos, confirmando a promessa do atual governo federal, de que não daria trégua aos quilombolas. O mesmo ocorre com os povos indígenas, com o desmonte da Funai, do Incra, da Secretaria de Patrimônio da União, entidades que os mandatários da brutalidade querem usar como instrumentos para legitimar a pilhagem, e só não conseguem pela resistência de muitos de seus servidores. Assim, o atual governo vai aniquilando as demarcações, não executando políticas públicas, impondo, através de mecanismos de racismo institucional, décadas de atraso social, econômico e político para esses povos tradicionais da sociedade brasileira.

Nas empresas públicas ou de capital misto, a exemplo de Eletrobras, Petrobras e Correios, fundamentais para a organização social brasileira, os novos bandeirantes no poder político e econômico querem desmantelar, deixar morrer, sem cuidados, sem investimentos, sem mecanismos dinâmicos dentro das atividades-fim dessas empresas, para alegar, absurdamente, uma suposta ineficiência e ter argumentos para vendê-las, enquanto serviços semelhantes são retomados pelo Estado no Norte global.

Os novos bandeirantes também são contra a realização do Censo Demográfico, para sabermos o tamanho das iniquidades produzidas diante da barbárie administrativa na gestão pública, para nos orientar na reconstrução do País. E são esses mesmos novos bandeirantes que sustentam a manutenção das estátuas e outros monumentos erguidos em homenagem a velhos bandeirantes, como Borba Gato e outros. Eles trazem as mentalidades das fazendas de porteiras fechadas para o século XXI, como uma tradução da guerra semiótica que travamos entre dois mundos. De um lado, os novos bandeirantes. De outro, os defensores e defensoras de direitos humanos.

Secularmente, entre casa-grande e senzala, a luta sempre se deu no quilombo. Resistimos nas energias leves e bonitas de atletas negras e negros, como Rebeca Andrade e Hebert Conceição, embalados pelo *Baile de Favela* ou pela *Canção a Madiba*. Anunciamos ao mundo que a nossa tradição segue em movimento, como nos diz Muniz Sodré, sustentados e sustentadas pelos princípios da ancestralidade, identidade e resistência. Chegamos a 2021 sendo 56,2% da população brasileira, celebrando Zumbi e Dandara de Palmares, com a possibilidade da criação do primeiro feriado nacional inspirado na resistência negra brasileira, 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, conforme matéria aprovada no Senado em 24 de agosto. •

vilmareis29@hotmail.com

BAPTISTÃO

Crescimento a qualquer preço

TheObserver Livro escrito por duas jornalistas do *New York Times* escancara a "feia verdade" por trás do Facebook

POR JOHN NAUGHTON

Quantos livros existem sobre o Facebook? Perdi a conta. Muitos pertencem ao gênero da história contada por *insiders* – um dos primeiros investidores da companhia; um suposto amigo íntimo do fundador; um ex-funcionário com a consciência pesada; ou um crítico vigoroso das redes sociais.

Já li a maioria deles e digo que *Uma Verdade Incômoda* (que chega agora ao Brasil) é um livro diferente. As autoras não são *insiders*, e sim uma dupla de experientes jornalistas do *New York Times* que entrevistaram cerca de 400 pessoas, incluindo executivos do Facebook, funcionários atuais e antigos e suas famílias, amigos e colegas de faculdade, investidores e assessores, além de advogados e ativistas que combatem a empresa.

Antes de tratar do que o relato revela, cabe esclarecer o título. Ele vem de um memorando interno enviado por Andrew Bosworth, o "Boz", importante executivo da companhia e confidente de Mark Zuckerberg, sobre o fato de a empresa conectar sempre mais e mais pessoas.

"Isso pode ser ruim, caso se faça um uso negativo", escreve ele. "Talvez custe a vida de alguém por expô-lo a agressores. Talvez alguém morra em um ataque terrorista coordenado por meio de nossas ferramentas. Mas, ainda assim, seguimos conectando pessoas. A verdade incômoda é que acreditamos tão profundamente em conectar as pessoas que qualquer coisa que nos permita conectar mais pessoas com frequência é, *de facto*, boa."

O memorando diz tudo o que precisamos saber sobre o Facebook. Boz só omitiu que, quanto mais gente conecta, mais dinheiro o Facebook ganha. A rede tem 2,8 bilhões de usuários ativos, e há 7,8 bilhões de pessoas no planeta. Isso significa, na visão megalômana do Líder Supremo da companhia, 5 bilhões de pessoas a serem conectadas. Só então os problemas do mundo serão resolvidos. E se você pensa que estou inventando isso, espie alguns ensaios publicados na página de Zuckerberg.

Embora o progresso na dominação mundial venha seguindo conforme o *script*, houve alguns tropeços – ou, pelo menos, problemas de relações-públicas – no caminho. As autoras, Sheera Frenkel e Cecilia Kang, concentraram a pesquisa no período que vai da eleição de Trump, em 2016, à de Biden, em 2020.

O período inclui a invasão russa na campanha de Hillary Clinton; o uso do sistema de publicidade do Facebook para disseminar desinformação e introduzir o caos no discurso público; o domínio desse sistema pela campanha de Trump; o escândalo da Cambridge Analytica; a campanha de difamação contra George Soros; e o uso do Facebook pelos insurgentes para planejar e transmitir o ataque ao Capitólio, em janeiro.

A exumação desses esqueletos proporciona uma leitura a um só tempo fascinante e deprimente. O livro nos mostra que, na maioria dos casos, pessoas de dentro do Facebook estavam cientes do que acontecia, mas que, ao transmitirem as preocupações aos superiores, foram praticamente ignoradas.

Quando, em 2017, a equipe chefiada pelo guru de cibersegurança Alex Stamos descobriu a extensão da influência da Rússia nos sistemas do Facebook, não só os superiores não deram importância aos relatos como procuraram ocultá-los. Quando os jornais começaram a sugerir que se tratava de algo grande, decidiu-se, porém, que o conselho da companhia deveria ser informado.

Na véspera de uma reunião, Stamos

UMA VERDADE INCÔMODA.
Sheera Frenkel e Cecilia Kang.
Companhia das Letras,
384 págs., 84,90 reais

Autocracia. A criação de Mark Zuckerberg foi usada para disseminar desinformação durante a campanha de Trump

fez uma apresentação a um subcomitê do conselho. Os conselheiros ficaram surpresos e furiosos: "Puta que o pariu, por que só agora estamos ouvindo falar disso?", perguntou Erskine Bowles, ex-chefe de gabinete de Clinton. Apesar de a reunião do conselho ter sido turbulenta, nada de substancial aconteceu.

Por quê? Porque seus membros são servis a Zuckerberg. Em um relatório entregue à Comissão de Valores Mobiliários, a empresa assim o apresenta: "Mark Zuckerberg, nosso fundador, presidente e CEO, exerce direito de voto com relação à maioria e, portanto, tem a capacidade de controlar o resultado de questões apresentadas para aprovação dos acionistas, incluindo a eleição de diretores e qualquer fusão, consolidação ou venda de todos, ou quase todos, os ativos. Esse controle concentrado poderia... resultar na consumação de uma transação que nossos outros acionistas não aprovem".

O documento não é citado em *Uma Verdade Incômoda*, mas sustenta a narrativa. Outras das revelações do livro é que existe mais ansiedade dentro da companhia do que percebemos. Muitos funcionários estavam angustiados, frustrados ou irritados com o que seu patrão vinha fazendo na busca incessante por crescimento.

Foi a obsessão de Zuckerberg pelo crescimento que sustentou a catástrofe em Mianmar, que levou ao assassinato de 24 mil *rohingyas* – da minoria muçulmana – em 2018. O Facebook avançou num país sem tradição democrática, oferecendo conectividade a pessoas que nunca haviam usado a internet. A empresa nada sabia sobre o país, a não ser que era um território promissor para o projeto preferido do CEO, o do "próximo bilhão".

Ao entrar em Mianmar, em 2010, o Facebook, como escrevem as autoras, "lançara um fósforo aceso no barril de pólvora de uma tensão racial que fermentou durante décadas, e lavou as mãos quando os ativistas alertaram para as chamas que tomaram conta do país". A retórica inflamatória dos 18 milhões de usuários do Facebook que alimentaram o genocídio foi monitorada por apenas cinco pessoas de língua birmanesa, nenhuma baseada em Mianmar.

E assim o livro expõe a "feia verdade" sobre essa corporação poderosa, com um modelo de negócios tóxico. Um crítico da companhia observou certa vez que "o problema do Facebook é o Facebook". Errado. O problema do Facebook é Mark Zuckerberg. E a pergunta colocada por este livro esplêndido é: o que vamos fazer com ele? •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

SAUL LOEB/AFP, COMPANHIA DAS LETRAS E TAYFUN COSKUN/ANADOLU AGENCY/AFP

Pelo labirinto clássico

ÁLBUM KHATIA BUNIATISHVILI, UMA DAS GRANDES PIANISTAS DO MUNDO, FAZ UMA ESPÉCIE DE *GREATEST HITS*

POR EMMANUELE BALDINI

Após a grande crise que acometeu a indústria fonográfica no início do novo milênio, assistimos a uma movimentação frenética dos selos com o objetivo de se adaptarem à realidade do mercado. No caso da música clássica, houve desde a incorporação da Deutsche Grammophon, da EMI e da Decca pela Universal Music até a adesão, do ponto de vista artístico, a um olhar mais versátil e, por que não dizer, comercial.

O sucesso de *Labyrinth,* da pianista Khatia Buniatishvili, pode ser entendido como reflexo e símbolo desse movimento. Lançado em 2020, o álbum tornou-se o CD erudito mais vendido na Alemanha no mês passado e Khatia alcançou o número de 1 milhão de ouvintes no Spotify.

Labyrinth traz uma das grandes pianistas da atualidade – que se apresenta com as mais importantes orquestras do mundo – em uma espécie de *greatest hits* gravados com uma captação sonora impecável. Como sugere o impactante título, os caminhos seguidos não são necessariamente uniformes.

Khatia surge em uma série de obras, que vão desde o *Tema de Deborah,* feita por Enio Morricone para *Cinema Paradiso* (1988) até *I Am Going to Make a Cake,* da trilha de *As Horas* (2002), composta por Philip Glass, passando por *Prelúdios* de Chopin, arranjos de peças de Bach, a *Valsa da Dor* do nosso Villa-Lobos, Rachmaninoff, Scarlatti, Ligeti, Liszt e outros.

É, certamente, uma proposta que incomoda os mais conservadores, mas que traz um apelo abrangente e uma execução primorosa. E o critério mais importante para uma avaliação não deveria ser, simplesmente, o resultado da proposta artística? E o fato é que, após várias audições, a jovem e fascinante pianista natural da Geórgia conquistou minha admiração pelo cuidado em cada faixa.

Labyrinth tornou-se campeão de vendas na Alemanha

Há algo de extremamente prazeroso em se poder "beliscar" músicas diferentes, sem um caminho temático predefinido, e que são puro deleite. A ressalva fica por conta da inclusão de *4'33,* que, simplesmente, não faz sentido. O poder subversivo da provocação de John Cage – 4 minutos e 33 segundos de silêncio – só causa impacto na vivência física do momento de um concerto. Gravada, perde a força.

Tirando esse passo em falso, o álbum é delicioso pela escolha do repertório variado e rico, e pela interpretação nada casual e extremamente profunda de Khatia. Merecem destaque, no todo, as obras com uma linguagem mais romântica – a meu ver, especialmente adequadas à sensibilidade da pianista. •

JULIA WESELY

Um terror sobre o fundamentalismo

FILME *UMA NOITE DE CRIME: A FRONTEIRA*, PRODUZIDO POR MICHAEL BAY, SE ASSUME COMO UMA METÁFORA POLÍTICA

POR CÁSSIO STARLING CARLOS

HBO MAX, FILMS BOUTIQUE, PATHÉ FILMS E UNIVERSAL

A franquia *The Purge*, lançada no Brasil como *Uma Noite de Crime*, baseia-se, como indica o título, numa ideia que é retomada a cada filme, com variações. Todos os anos, o governo fundamentalista que assumiu o poder na América libera, durante uma noite, a prática de assassinatos.

O objetivo propagandeado é a catarse. Nessa noite, purga-se o instinto de violência para que a população viva o resto do ano em segurança. O efeito implícito da medida é, no entanto, o expurgo dos que poluem a nação, os pobres e marginais – sinônimo de pretos e latinos.

Depois de quatro longas-metragens e uma série centrados no exibicionismo da matança, *Uma Noite de Crime: A Fronteira*, que estreou na quinta-feira 2, assume seu duplo sentido político, sem deixar de turbinar o ritmo da ação, que é o que se espera de filmes do produtor Michael Bay.

No ambiente conservador do Texas, um casal mexicano clandestino sobrevive, em segurança, à noite de crime. Mas a regra imposta pelo governo dos Novos Pais Fundadores é desobedecida por uma legião supremacista, que radicaliza o método a fim de limpar a nação e *"make America great again"*, *slogan* da ascensão de Trump.

Se é mais do que óbvia a metáfora dos valores fascistoides da extrema-direita, James DeMonaco, roteirista e autor do conceito, radicaliza a ironia e converte o projeto de higienização social num retrato da autodestruição. •

NO STREAMING

HBO Max. Totalitarismo e democracia não são regimes tão opostos como acreditamos em nossa ingenuidade binária. É o que demonstra a diretora chinesa Nanfu Wang no documentário *In the Same Breath*, um registro cotidiano das respostas dos governos da China e dos EUA à eclosão da Covid-19.

iTunes. Regimes despóticos como a teocracia instalada no Irã costumam ter como efeito colateral a irrupção de cinemas ricos em formas e significados. Mohammad Rasoulof traça, por meio das quatro histórias de *Não Há Mal Algum*, como até o indivíduo pacífico e simpático assimila e normaliza as violências do estado de exceção.

MUBI. E se houvesse um regime totalitário liderado por mulheres em que os homens tivessem de usar burcas? Inverter valores e distorcer padrões para exibir absurdos é o ponto de partida de *Jacky au Royaume des Filles*. O quadrinista Riad Sattouf filma sem sutilezas e carrega nas tintas satíricas, o que pode soar ofensivo a quem acha que o humor deve seguir regras.

AFONSINHO

Dicionário paralímpico

▶ Numa reportagem da Globo.com, os atletas paralímpicos brasileiros nos ensinam a desconstruir os termos usados para nos referir às pessoas com deficiência

A reportagem de Bruna Campos, que cobre esportes paralímpicos desde 2015, e de Gabi Lomba, editora do ge.globo e mãe de um menino que tem Síndrome de Down, disponível no Globo.com, merece, como perdão do trocadilho, uma medalha de ouro.

As duas entrevistaram destacados atletas brasileiros da Paralimpíada e os colocaram para falar sobre o preconceito "estrutural", que pode ser visto, inclusive, na linguagem que a mídia utiliza para se referir aos atletas com deficiência.

E o resultado da reportagem é espetacular. Todos os esportistas abordam o assunto com tranquilidade, embora com veemência, e desmontam, pedra por pedra, o universo simbólico da linguagem do preconceito. O movimento está em sintonia com todos os demais processos de desconstrução da linguagem, digam eles respeito ao machismo, ao racismo ou à homofobia. Tem sentido, neste caso, a sabedoria popular que costuma dizer que "a palavra tem força".

Muito incomodado com as expressões usadas para falar sobre as pessoas com deficiência – essa palavra ainda me incomoda –, arrisquei, na semana que passou, recorrer ao termo "especial". Achei que fosse uma boa opção. Mas caí do cavalo. Fui logo de cara derrubado pelo nadador Daniel Dias, o recordista de medalhas entre os atletas paralímpicos brasileiros. Daniel me ensinou, em sua fala, que essa é uma palavra inadequada.

Já o judoca Antônio Tenório estabeleceu, na entrevista, a diferença entre doença e deficiência. Tenório também fez questão de ressaltar que não devemos usar, jamais, expressões como "(*fulano*) sofre disso, padece daquilo". Ninguém é coitadinho, ele bem sabe. Sempre tive em conta que dó – ou pena – é um dos piores, se não o pior, sentimento que podemos carregar.

Coube a outro nadador, Wendell Belarmino, também medalhista, fazer um aparte com o cuidado que devemos ter ao lançar mão da conjunção adversativa "mas". Ele citou o exemplo de alguém que se refira a um cego, acrescentando "mas ele mora sozinho". O apropriado é dizermos que a pessoa é cega e mora sozinha.

Bastante firme e enfática, Raíssa Machado, prata no lançamento de dardo, abordou o uso de uma expressão comum, adotada na tentativa, talvez, de suavizar o tratamento "pessoa portadora de deficiência". Raíssa entrou de sola. Ela disse que ninguém porta uma deficiência. "Você porta um objeto, uma coisa qualquer, a deficiência existe e não é preciso esconder", ensinou, antes de arrematar com uma pergunta. "O que vem antes? A deficiência ou a pessoa? A pessoa."

Sua leitura pode ser estendida a outras expressões de natureza semelhante, como "pessoas com necessidades especiais". É tudo eufemismo. Os atletas paralímpicos adotam, pura e simplesmente, o termo "pessoas com deficiência". Claro e simples, como deve ser a vida.

Outro aspecto recorrente da cobertura paralímpica que foi destacado na reportagem feita pela equipe do Grupo Globo foi a insistência na ideia de que eles são todos "exemplo de superação". Isso os incomoda, e não é pouco. Eles dizem que, obviamente, desejam, sim, superar a forma física, o tempo nas disputas e outros obstáculos. Mas detestam a reiteração da superação, como se isso fosse algo particular deles.

Ainda nessa linha, o nadador Phelipe Rodrigues ajudou a esclarecer o sentido da nova palavra "capacista". O sentido que ela carrega, explica Rodrigues, não é nada bom, uma vez que, indiretamente, passa a imagem de que as pessoas com deficiência são menos capazes. A brilhante Edenia Garcia, sua companheira de piscinas, arrematou: "Não é só isso, vamos além. Eu também sou capacista em desconstrução".

Lorena Spoladore, do atletismo, também nos provoca a pensar a forma como nos referimos às deficiências no dia a dia. Por que não trocamos, nos nossos momentos de arroubo, o "tá cego?" por "tá distraído?"; o "tá surdo?" por "preste atenção!"; e o "tá meio autista" por "tá meio desligado?" Em sua intervenção, Suzana Schnarndorf advertiu que, no lugar de se dizer "deficiência mental", o correto é "deficiência intelectual".

Já os xingamentos "monga" e "retardada", assim como as corriqueiras "doido varrido, maluco, desorientado", foram criticados pelas irmãs Débora e Beatriz Carneiro, que competem na natação, na categoria deficiência intelectual. Elas selaram suas participações com uma sentença tão alegre quanto importante: "Tirem dos seus dicionários. Tirem de suas vidas. Torçam por nós".

Existem no mundo 1 bilhão de pessoas deficientes, o que equivale a 15% da população da Terra. Não tentemos, portanto, pasteurizar a multiplicidade de alternativas da vida humana. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

RIAD YOUNES

Terapia pioneira na retina

▶ Procedimento feito no Brasil permitiu que uma paciente percebesse, pela primeira vez, que era possível enxergar no escuro

Várias doenças degenerativas podem afetar a retina, levando à perda progressiva da visão e até à cegueira. Várias são as causas para isso. Entre elas, a mutação de um gene (RPE65). Os pacientes afetados por essa alteração apresentam piora progressiva da acuidade visual, até a cegueira.

Nos últimos anos, a pesquisa científica apresentou, literalmente, uma luz para esses pacientes. Avanços na terapia gênica ofereceram chances de reversão da cegueira e melhora da visão. Recentemente, a doutora Juliana Sallum, oftalmologista e professora do Departamento de Oftalmologia da Universidade Federal de São Paulo, realizou com sua equipe um procedimento revolucionário, utilizando um produto novo de terapia gênica, chamado Luxturna (produzido pela Novartis), em uma paciente brasileira. Conversamos com ela a respeito da doença e do procedimento.

CartaCapital: A distrofia da retina, doença degenerativa, progressiva e grave, é frequente na população?
Juliana Sallum: Não, felizmente. É uma doença rara. Estima-se que teríamos, para cada 50 mil habitantes, um caso de distrofia da retina. No Brasil, são conhecidos cerca de 40 casos, apenas.

CC: Vocês trataram recentemente de uma paciente com sérios problemas de visão. Ela era portadora da distrofia?
JS: Sim, tratamos a primeira paciente com distrofia de retina causada exatamente pelo gene RPE65. Trata-se de uma doença degenerativa da retina, causada por mutação nesse gene que codifica uma proteína importante no ciclo visual.

CC: Como foi a evolução da doença dessa paciente?
JS: Ela tinha baixa visão desde o nascimento, com dificuldade de fixação. Nos primeiros meses de vida, ficou claro que ela apresentava perda do campo visual periférico e cegueira noturna. Tropeçava, não achava objetos e estudou com dificuldade. Esse quadro configura o diagnóstico de Amaurose Congênita de Leber, um tipo de retinose pigmentar infantil. Vários genes são relacionados a esse problema. O RPE65 é um deles. A doença causa dano degenerativo progressivo na retina. No caso dessa paciente, a perda visual agravou-se na adolescência, progressivamente sua visão foi diminuindo e passou a configurar cegueira.

CC: O que é o Luxturna e como age?
JS: O medicamento é um vetor viral, Adenovírus associado que carrega uma cópia correta do gene RPE65. Ao entrar na célula, o material fica no citoplasma, isto é, não é incorporado no DNA do núcleo. E começa a produzir a enzima RPE65 que estava faltando.

CC: O procedimento correu bem?
JS: Sim. Não houve complicações cirúrgicas e a paciente se recuperou em poucos dias. Rapidamente, a retina estava aplanada no primeiro dia pós-operatório nos dois olhos.

CC: O procedimento foi considerado eficaz, a ponto de a paciente perceber melhora da visão?
JS: A cirurgia alcançou os objetivos almejados. Logo nas primeiras semanas, ela sentiu intensa fotofobia, totalmente diferente da sua habitual cegueira noturna. Ela disse que foi como se tivessem acendido uma lanterna em sua visão. Ela não sabia que era possível enxergar no escuro. Seu campo visual melhorou e, hoje, ela consegue enxergar melhor os móveis da casa, o que a ajuda a andar em ambientes internos e na rua. Ela também relatou conseguir ler no celular, ver rostos, carros, placas e até a Lua.

CC: Qual o custo estimado dessa medicação?
JS: Trata-se de medicação de alto custo. O preço no Brasil é de, aproximadamente, 1,8 milhão de reais por olho.

CC: Este procedimento foi pago pela paciente?
JS: Para essa primeira paciente consegui que o procedimento todo não tivesse custos. E isso envolveu os exames pré-operatórios, a internação hospitalar, a cirurgia e o preparo da medicação biológica pela farmácia. As equipes médicas e anestésicas também atuaram de forma gratuita.

CC: Incluindo o medicamento?
JS: A paciente teve acesso à medicação graças a um processo contra o governo. Obviamente, isso gerou muita discussão, inclusive quanto ao valor da visão e o impacto psicológico e econômico da cegueira. Esse tratamento mudou o curso da doença dessa paciente. Estima-se que, sem o tratamento, ela perderia completamente a visão em pouco tempo.

CC: Por ser um procedimento pioneiro no Brasil, como a senhora vê seu impacto aqui?
JS: Ressalto que há um ganho científico indireto com a realização dessa primeira cirurgia de terapia gênica no Brasil. A oftalmologia nacional participou e discutiu amplamente esse caso e aprendeu muito sobre essa inovadora forma de tratar uma doença genética. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

NÃO SE PREOCUPEM, COM A PROTEÇÃO DIVINA, O PAPAI E EU SEMPRE LUTAREMOS COM UNHAS E DENTES CONTRA QUALQUER LAMPEJO DE DEMOCRACIA QUE NOS AMEACE.